

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO INALDO MONDÊGO PAIXÃO JUNIOR

UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL EM SÃO LUÍS

SÃO LUÍS

2016

PEDRO INALDO MONDÊGO PAIXÃO JUNIOR

UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL EM SÃO LUÍS

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.^o Dr. Cesar Augustus Labre Lemos Freitas.

SÃO LUÍS

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

INALDO MONDÊGO PAIXÃO JUNIOR, PEDRO.

Uma análise do trabalho informal em São Luís / PEDRO
INALDO MONDÊGO PAIXÃO JUNIOR. - 2016.
65 f.

Orientador(a): CESAR AUGUSTUS LABRE LEMOS DE FREITAS.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2016.

1. EMPREGO. 2. INFORMALIDADE. 3. TRABALHO. I.
AUGUSTUS LABRE LEMOS DE FREITAS, CESAR. II. Título.

PEDRO INALDO MONDÊGO PAIXÃO JUNIOR

UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL EM SÃO LUÍS

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.^o Dr. Cesar Augusto Labre Lemos Freitas.

Aprovadas em: ___ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^o Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas (Orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

SÃO LUÍS

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre presente em minha vida, me orientado nos momentos mais difíceis e me impedindo de fraquejar nos momentos de desestímulo e cansaço.

Aos meus pais, minha filha e irmãos pelo apoio oferecido e pelo apoio e motivação dada na minha formação acadêmica.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela amizade, atenção e o suporte técnico dado para o desenvolvimento da monografia.

Ao curso e os professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão pela oportunidade de crescimento profissional.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do debate acerca da questão do trabalho informal na cidade de São Luís, analisar o perfil e como vivem os trabalhadores informais procedentes de uma atividade formal e que estejam atualmente exercendo uma atividade informal na cidade de São Luís. O trabalho neste sentido tem preocupação fundamental em obter um melhor entendimento acerca do crescimento constante do número de pessoas que exercem atividades informais na cidade de São Luís. Para verificar o questionamento levantado pelo problema específico para o caso da região metropolitana da cidade de São Luís, neste trabalho será feita uma sucinta introdução, será feita uma discussão da literatura sobre o setor informal, buscando desenvolver um esboço sobre os conceitos de informalidade, com comentários sobre a relação entre emprego e trabalho, a globalização e o mercado de trabalho, o mercado de trabalho no Brasil, economia formal e informal no Brasil. Concluindo o trabalho serão divulgados dados referentes à pesquisa de campo sobre o setor informal em São Luís.

Palavras-chave: Trabalho. Emprego. Informalidade.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the development of the debate on the informal labor issue in the city of Saint Louis, examine who they are and how they live informal workers from a formal activity and that are currently operating informally in Saint Louis. The work in this direction is of fundamental concern to get a better understanding of the constantly growing number of people who exercise informal activities in the city of Saint Louis. to check the question raised by the specific problem in the case of the metropolitan area of São Luis, this paper a brief introduction will be a discussion of the literature on the informal sector will be made, seeking to develop an outline of the informality of concepts, with comments on the relationship between employment and labor, globalization and the labor market, labor market in Brazil, formal and informal economy in Brazil. Completing the fourth work will be published data on field research on the informal sector in Saint Louis.

Keywords: Work. Employment. Informality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Relação entre emprego e trabalho	12
2.2 A Globalização e Mercado de Trabalho	15
2.3 Economias formal e informal no Brasil.....	23
2.4 O mercado de trabalho no Maranhão e em São Luís	26
3 METODOLOGIA	28
3.1 Tipos de pesquisa.....	28
3.2 Universo e amostra	28
3.3 Coleta de dados	29
3.4 Tratamento de dados	29
3.5 Limitações do método	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA	31
4.1 Características pessoais e relação familiar	31
4.1.1 Sexo e idade.....	31
4.1.2 Sexo e situação civil	33
4.1.3 Sexo e escolaridade	33
4.1.4 Número de filhos.....	34
4.1.5 Renda familiar.....	35
4.2 Moradia.....	36
4.2.1 Residência	37
4.3 Das condições de trabalho.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS:	58
ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

Podemos considerar que uma das principais transformações ocasionadas na economia brasileira e muito debatida recentemente, possui associação com os modos de inserção dos agentes no mercado de trabalho que passou a acontecer sem vínculo empregatício.

No início da década de 90 com o advento da recessão e políticas anti-inflacionárias que mantiveram o crescimento da atividade econômica, as crises financeiras em ritmo lento, e as mudanças nas estruturas como a abertura comercial e financeira, a reestruturação produtiva, a privatização, a ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços e a queda do emprego industrial transformaram a dinâmica no mercado de trabalho e a evolução da informalidade tornou-se evidente.

Segundo (CACCIAMALI, 2000, p.153) o trabalho informal é empregado frequentemente “para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde a relação capital-trabalho não se encontra bem estabelecidas”. Desse modo, em países em pleno desenvolvimento, podemos observar que uma parcela considerável de trabalhadores recorrerem a este tipo de trabalho.

O trabalho informal é provocado, de acordo com Cacciomali (2000), por pelo menos quatro motivos: racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; oportunidade de ganhos superiores àqueles de empregos assalariados de baixa e média qualificação; expansão de atividades de serviços e estratégias de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, como forma de atender suas necessidades básicas e manter sua própria sobrevivência.

O mercado informal é uma prática presente em diversos espaços urbano, bastante visível nas cidades de países subdesenvolvidos. Isso mostra que o setor de trabalho informal é um fenômeno relacionado às condições socioeconômicas que os sistemas econômicos sustentam.

Segundo Cacciomali (2000) o ponto de partida para demarcar o setor informal são as unidades econômicas direcionadas para o mercado, entre as quais se destacam o fato de que a pessoa detentora do negócio exerce ao mesmo tempo,

as funções de empregador e de empregado, sem distinção de atividades de gestão e de produção.

Este tipo de trabalho vem estimulando o interesse de economistas, críticos e pesquisadores de diversos ramos das ciências e, assim como pode dar ideia de comércio ambulante ou de rua desempenhado por pessoas que geralmente se utilizam de sonegação fiscal e evasão de divisas, de um modo geral este tipo de trabalho pode ser pensado como reflexo das transformações ocorridas no país no âmbito político, social e econômico. Neste sentido, o que leva a esta preocupação em avaliar o setor informal, é precisamente a falta de informações oficiais sobre este ramo de atividade.

Desse modo, podemos definir a atividade informal como o setor de trabalho ou de serviços que não tem regulamentação legal, logo, isentos de obrigações fiscais, fato esse que tem ocasionado conflitos e insatisfações por parte dos comerciantes dos mercados formais que arcam com uma grande carga de tributos e obrigações.

O trabalho informal é um caso vivenciado diariamente por vários trabalhadores, que levados pela necessidade de se manterem ocupados e gerarem renda para a sua reprodução e de suas famílias, encontram neste setor de atividade econômica a ocupação e a renda necessária para a satisfação de suas principais necessidades.

É muito comum, pensarmos em trabalhador informal e apontar os olhares para trabalhadores com baixa escolaridade e desqualificados profissionalmente e que por vários motivos encontram muitas dificuldades em colocarem-se no mercado dos empregos formais, porém nem sempre é assim.

Na verdade, o trabalho informal se mostra como uma alternativa a um proeminente quantitativo de pessoas que não conseguem se enquadrar no mercado formal.

Geralmente, imaginamos que os trabalhadores informais são apenas vendedores ambulantes e prestadores de pequenos serviços como operários das mais diversas profissões, artesões e trabalhadores da zona urbana como: flanelinhas, lavadores de carros e outros prestadores de pequenos serviços nas regiões urbanas.

Podemos afirmar que o comércio ambulante em sua grande maioria é uma atividade informal e paralela, isso ocorre em decorrência de que a sua prática

exige um volume pequeno de imobilizações e recursos financeiros para giro e uma vez estruturados e em operação estes empreendimentos não pagam tributos e vendem na maioria das transações, produtos com um baixo preço e de qualidade inferior, tendo nas pessoas com menor poder aquisitivo os principais consumidores desses tipos de produtos.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do debate acerca da questão do trabalho informal, analisa-se ao seguinte problema da pesquisa: Quem são e como vivem os trabalhadores informais oriundos de uma atividade formal e que estejam atualmente exercendo uma atividade informal na cidade de São Luís - MA?

Neste sentido, a preocupação básica é obter um melhor entendimento acerca do crescimento constante do número de pessoas que exercem atividades informais na cidade de São Luís.

Para verificar o questionamento levantado pelo problema específico para o caso da região metropolitana da cidade de São Luís, esta pesquisa está organizada em quatro capítulos do seguinte modo: No primeiro capítulo é realizada uma breve introdução. No segundo será discutida uma breve revisão da literatura sobre o setor informal, tendo como meta desenvolver um esboço sobre os conceitos de informalidade, como comentário sobre a relação entre emprego e trabalho, a globalização e o mercado de trabalho, o mercado de trabalho no Brasil, economia formal e informal no Brasil. O terceiro capítulo vem tratar da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. No quarto capítulo serão divulgados os dados da pesquisa de campo com o respectivo tratamento, a análise destes dados e a conclusão do trabalho.

Os dados coletados ajudaram a levantar informações sobre as características dos trabalhadores informais, tais como: ocupação principal, composição da renda média, escolaridade, faixa etária das pessoas que atuam no setor, gênero e condições familiares. E finalizando o trabalho, será apresentada a análise feita sobre os dados coletados com sugestões e a conclusão desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gomes (2009), uma das características essenciais do capitalismo é o modo de organização do trabalho com a utilização de dois insumos básicos: a força de trabalho e os meios de produção. No modo mais comum de trabalho informal, como modo de auto-emprego o indivíduo detém a força de trabalho e os equipamentos e insumos fundamentais à produção.

Para Plamploma (2001) a autonomia e o controle do processo produtivo são características fundamentais no conceito de auto-emprego. Com a autonomia no trabalho formou-se discernimentos acentuados nessa categoria de emprego na qual o proprietário do empreendimento estabelece seus próprios horários e forma de trabalho, desse modo, Perulli Apud Gomes (2009) classificou os trabalhadores segundo a relação empregatícia: o trabalhador independente e o trabalhador subordinado.

Chicarelli (2009, p.1) entende como trabalho informal:

[...] Quando se fala em trabalho informal, logo pensamos em artistas, cabelereiros ou camelôs, vendedores ambulantes que se alojam nas ruas, vendendo desde artesanato, comidas até produtos importados, CD e DVD piratas, mais a informalidade também esta presente em diversos outros setores se considerarmos algumas empresas sem condições de assumir com todos os encargos, não assinam a carteira de trabalho de seus funcionários. E na mesma condição citamos empregados domésticos, professores particulares, músicos, taxistas, etc.

A atividade informal passou a fazer parte do cenário oficial a partir de meado dos anos 70, aparecendo como “um novo instrumento explicativo para um antigo fenômeno: a existência de setores econômicos de baixa produtividade e que se transformaram as margens da legislação e nas franjar do mercado” (THEODORO, 2000, p.7).

O setor informal fornece uma renda de acordo com a produção, pois o individuo exerce por sua própria conta e risco, sujeito a volatilidade nas receitas (PARKER Apud GOMES, 2009, p.17).

O salario de um trabalhador informal é diferenciado do salario de um assalariado pela sua volatilidade riscos e oportunidades de ganho, suscetível, assim às oscilações da demanda (PAMPLONA, 2001).

2.1 Relação entre emprego e trabalho

Inicialmente é necessário destacar o fato de que a Constituição Federal de 1988 tem como um de seus princípios fundamentais o trabalho, em seu sentido amplo, dentre o qual a relação de emprego é apenas uma das espécies, apesar de, a nosso ver, ser a mais fundamental delas – bastando analisar que a mesma Constituição elencou uma série de dispositivos próprios da relação de emprego (art. 70), e a que mais evoluiu desde o início dos tempos até os dias atuais.

A constituição Federal tanto defende o “trabalho”, que em diversos de seus dispositivos faz uso da expressão, assim como sua derivação “trabalhadores” e o que podemos observar, por exemplo, nos seguintes dispositivos: art.1º, inciso IV, art. 5º XIII, art. 6º, caput, art. 7º, caput, art. 170 e art. 193.

O “trabalho”, de acordo com a Constituição Federal continua sendo considerado como fundamento da ordem social, o que esclarece a expressão e revela a sua importância acima de todas as outras definições relacionadas que possam existir.

[...] os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa: é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e o crescimento do país, prevendo a Constituição, em diversas passagens, a liberdade o respeito e a dignidade ao trabalhador (por exemplo: CF, art. 5º, XIII; 6º; 7º; 8º; 194 – 204) como salienta Paolo Barile, a garantia de proteção ao trabalho não engloba somente o trabalhador subordinado, mas também aquele autônomo e o empregador, enquanto empreendedor do crescimento do país.(MORAES, 2004, P. 52).

Deste modo, mais que disciplinar alguns dos direitos inerentes à relação empregatícia (art.7º) defende a Constituição Federal o trabalho como um ponto de partida primordial de toda a circulação de riqueza do país, assim como das destinadas aos cofres públicos, através dos tributos.

É importante destacar, que foi através da evolução das relações de trabalho que se chegou ao que atualmente é chamado de relação empregatícia, como apenas uma das espécies de proteção de trabalho humano, isto é, foi em decorrência das transições dos períodos de escravidão à servidão, da servidão às corporações de ofício e destas ao período pós – revolução industrial é que se transformou a relação de emprego subordinado.

Para compreensão da relação de emprego e trabalho é importante ater ao estudo dos elementos que diferenciam relação de trabalho da relação de emprego.

A fundamental diferença é que somente a relação de emprego é defendida pela CLT e poderá ser objeto de ação ajuizada perante a justiça do trabalho. Assim apenas poderá ser considerada relação protegida pelas regras do estatuto consolidado, e definir o “empregado”, quando presentes algumas exigências que serão analisadas mais adiante (CLT, art. 3).

- Pessoa física, pois a pessoa jurídica não pode ser considerada empregada;
- O trabalho tem de ser oferecido de forma contínua, pois trabalho eventual não consolida uma relação de emprego a ser protegida pela CLT, como por exemplo, o caso de convocar um mensageiro autônomo para enviar uma determinada mensagem.
- Trabalho subordinado, pois o empregado, no desempenho de suas atividades desempenha ordens de seu empregador.
- Existência de contra prestação, posto que o trabalho prestado de modo voluntário, seu pagamento de salário, descaracteriza a relação de emprego.

O trabalho nesse contexto vem a ser um gênero na qual o empregado é uma de suas espécies. O trabalhador fornece atividade profissional independente de troca de salário ou não, não existe subordinação e nem para ser identificado como empregado é necessário ser atendidos os requisitos da relação empregatícia, enquanto para ser trabalhador o mesmo não ocorre.

Outra questão relacionada que podemos destacar está na relação de trabalho e na relação de emprego:

- Relação de trabalho (gênero) – a relação de trabalho é o gênero, que compreende o trabalho autônomo eventual, avulso etc.
- Relação de emprego (espécie) – a relação de emprego é espécie, trata do trabalho subordinado do emprego em relação ao empregador.

A lei brasileira define a relação entre empregado e empregador como um contrato, mas afirma que o contrato corresponde a uma relação de emprego. De acordo com o artigo 442 da CLT.

A relação de emprego é de fato contratual, ou seja, é uma manifestação de vontade, com características de subordinação, habitualidade, onerosidade, personalidade com relação ao emprego, e precisa ser pessoa física. Podemos destacar que a relação de emprego é sempre relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é relação de emprego.

O trabalho é prioritário para o funcionamento das sociedades. É responsável pela produção de todos os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades dos indivíduos. A definição, a identificação e o valor atribuído ao trabalho vêm a ser específico, pois para cada grupo social por questões culturais cada sociedade cria as suas próprias definições e impõe a elas valores de acordo com seus princípios.

Para analisar as causas sobre o emprego e a distribuição de renda das estratégias de acelerado crescimento, em 1969, foi lançado pela Organização internacional do trabalho (OIT) o Programa Mundial de Emprego. Após a introdução do programa verificou-se que o padrão de crescimento econômico substitutivo de importação, rápido e intensivo em capital, demandava em insuficiente oferta de emprego (CACCIAMALI, 2000).

A autora destaca ainda, baseada em estudos da OIT de 1972, algumas características próprias do trabalho informal, tais como:

- a) Propriedade familiar do empreendimento;
- b) Origem e aporte próprio dos recursos;
- c) Pequena escala de produção;
- d) Facilidade de ingresso
- e) Uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada.
- f) Aquisição das qualificações profissionais a parte do sistema escolar de ensino.
- g) Participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo estado.

Segundo Sethuraman (1976), a diferença entre trabalho informal por conta própria e uma empresa é que o primeiro procura permanecer em atividade primordialmente em virtude da manutenção da ocupação do proprietário, enquanto a segunda tem um auxílio de capital e uma organização que lhe permite obter lucros. Para este autor, o nível médio de produtividade e o valor adicionado por trabalhador podem ser considerados requisitos para distinguir esses dois grupos.

O que diferencia os trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada é a sua relação com o governo em termo de pagamento de impostos sobre a folha de pagamento, especialmente a previdência social.

À medida que em torno de 95% dos trabalhadores registrados contribuem para a previdência, aproximadamente 5% dos assalariados informais fazem essa contribuição (NERI, 2002).

2.2 A Globalização e Mercado de Trabalho

A globalização se caracteriza como uma nova etapa no funcionamento do modo capitalista de produção e aparelhamento do mundo instaurado após o entusiasmo do padrão de acumulação do capital, peculiarmente em sua contemporânea conjuntura com sua face flexível (flexibilidade da economia, das leis, das relações de trabalho, das relações de sociabilidade etc.), entretanto, essas transformações do método histórico capitalista não representam mudanças equivalentes do ponto de vista social, político e econômico nas sociedades atualmente, na realidade, incorporou uma definição já existente das necessidades mercadológicas de acumulação flexível do capital cuja consequência mais imediata é a liquidez dos valores políticos, jurídicos, culturais, etc., das instituições e as relações sociais se moldando sob um cenário moderno e globalizado (BAUMAN, 1999, 2000, 2006).

Ianni (1998) destaca que esta mudança histórica capitalista teria passado por três períodos, primeiramente quando da instalação do trabalho livre na Europa, a partir do capitalismo mercantil e da organização política moldada sob os parâmetros dos Estados Nacionais modernos por volta do século XVI, quando as formas pré-capitalistas foram alteradas pelo processo de acumulação de capital.

No segundo período de acordo com Ianni (1998) surgiu o desenho do modelo industrial e a implantação do capitalismo em seu volume mundial a partir do final do século XIX, principalmente a partir da propagação da internacionalização das relações de dependência econômica e política tendo como base a política econômica imperialista, o que teria auxiliado nos processos neocoloniais (África e Ásia), bem como o incremento e a propagação de tecnologias que proporcionaram o desenvolvimento do capitalismo industrial e suas zonas de influências, principalmente relacionadas à exploração do trabalho e acumulação de riquezas.

A autora conclui a ênfase, ressaltando que no terceiro e último período, salienta-se o declínio dos paradigmas socialistas (reais) a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, e união do modelo (neo) liberal econômico com o declínio dos Estados Nacionais a partir da racionalização econômica transcorrida pela lógica internacional de término dos limites territoriais e esvaziamento dos espaços políticos de decisões supranacionais.

Na década de 1980 surgia a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, fundamentada na globalização econômica favorecida pelas forças empresariais multinacionais, desenvolveu-se gradualmente uma nova economia mundial, sendo que esse modelo estrutural apresenta a partir deste momento o desenvolvimento da economia influenciada pelo sistema financeiro internacional em escala global, os processos de produção flexível e multilocais, baixos custos nos transportes, aprimoramento das tecnologias de informação e comunicação, desregulamentação das economias nacionais, parcialidade das agências financeiras multilaterais e emergência do modelo capitalista das grandes transnacionais (SANTOS, 2005).

Para Bauman (2006) e Hall (2005), este evento global ultrapassa as fronteiras e as dimensões antes determinadas relevantes para a constituição dos valores e tradições locais como, por exemplo, a fragilidade dos Estados Nacionais através do esvaziamento dos espaços políticos, a desterritorialização das fronteiras nacionais, a subjetivação ou liquidez das cidades modernas e a suspensão dos processos de emancipação e promoção dos espaços do mundo do trabalho através da transição do modelo da “sociedade informacional” em detrimento da “sociedade salarial”, mediante lembra Castel (1990).

Nesta dimensão pós-estrutural, afirma (BAUMAN, 2000, p. 68; 112) que se “a modernidade é um quadro inerentemente, transgressor que rompeu muita fronteira firme e segura”, nestes termos, “a sociedade não pode fazer feliz os seus indivíduos, todas as tentativas (ou promessas) históricas nesse sentido formaram mais miséria que felicidade”.

A globalização trouxe novos modelos, conforme afirma Beck (1999) que posteriormente à queda do muro de Berlim e à decadência do modelo soviético, o elemento que debela no contexto global não é o fim da política, mas sim a eliminação da política do conjunto de categoria do Estado Nacional dos debates contemporâneos.

O debate sobre a globalização adequa o contato entre as necessidades e deliberações antes transformadas pelos propósitos essenciais do Estado de bem-estar social, direcionadas à proteção social, aposentadoria, assistência social, infraestrutura comunitária, política e coordenação dos sindicatos, com inclusão da definição sobre os acordos salariais, voltando-se agora para uma grande força

econômica equilibrada e estruturada sob o embasamento do mercado, da economia, das finanças e da informação.

Essa modificação estrutural no cenário global traz consigo uma inquietante verificação na análise da política da globalização como força das leis do mercado global no século XXI.

Pode-se então afirmar: a questão da globalização na virada para o século XXI representa, para as empresas que fazem negócios transnacionais, o mesmo que a questão das classes sócias representava o movimento enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder de oposição, as empresas globais atuam até este momento sem oposição (transnacional). [...] o aparecimento da globalização permite aos empresários e suas associações à reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem estar social capitalista organizado em bases democráticas.(BECK, 1999, p. 14).

Os novos modelos de sociabilidade e de opinião do exercício do Estado Nacional se manifestam na volatilidade das relações políticas, jurídicas comerciais etc. a ocorrência, por exemplo, da taxaço de impostos é um exemplo característico do “drama político” por que passam os governos locais, tendo em vista as empresas transnacionais não se constituem com os mesmos elementos organizacionais de uma empresa tradicional, matérias – primas, planejamento, montagem, tributação de impostos etc., na realidade funciona em lugares e países diferentes, o que repercute no instante de pagarem impostos ou reivindicar investimentos públicos de infraestrutura em uma destas localidades.

Esse novo aspecto do espaço político global surgiu de uma nova trajetória econômica da política “pró-mercado” que trouxe também importantes transformações para o sistema interestatal em que se comprimiu as forças determinantes dos Estados hegemônicos para monitorarem as instituições financeiras multilaterais, por outro, abriu o precedente para alianças políticas interestatais de forma que a soberania progrediu para soberania conjunta ou partilhada entre os Estado Nação e os organismos econômicos supranacionais como a União Europeia, NAFTA, MERCOSUL etc. (SANTOS, 2005).

Bauman (1999) aponta este desenvolvimento de fragilidade dos paradigmas governamentais como sendo uma nova expropriação, dessa vez do Estado, tendo em vista que neste cenário atual este ente público passa a exercer novas atribuições como de “policiamento do território e da população” em detrimento do gerenciamento das demais atribuições até então de incumbência dos governos

nacionais. Se na década de 1970, as empresas demandavam os governos para agenciar benefícios e infraestrutura operacional, atualmente os governos locais é que agenciam atrás das empresas, frente a isso, recorda Nascimento Neto (1996) que na década de 1990 as dez maiores instituições mundiais Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumi moto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e shell, chegavam a ganhar o equivalente ao Produto Interno Bruto do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela juntos, uma tendência que ganhará força na década seguinte.

A reflexividade como uma atividade que se introduz na capacidade do fenômeno da modernidade, principalmente neste instante de ameaça da descaracterização dos espaços públicos e políticos, deve comandar a uma reflexão crítica que se torna instrumento imprescindível para compreender as dinâmicas existentes nas corporações políticas, social e econômica. Bauman (2000, p. 90) destaca ainda que os espaços políticos são concepções reflexivas que se exercem em terreno democráticos, assim:

A reflexão crítica é a essência de toda autêntica política (enquanto destina do meramente “política” isto é, do que esta ligada ao exercício do poder). A política é um esforço efetivo e pratico para subjugar instituições que exaltam a validade de fato do teste de validade de jure. E a democracia é um local de reflexão crítica que extrai sua típica identidade dessa reflexão.

O modelo de sociedade democrática que associa os espaços deliberativos de exercício da política não é possível sob o modelo econômico da globalização. De acordo Castoriadis (apud BAUMAN, 2000, p.90) é importante que uma sociedade livre e mais justa possível coopere continuamente em suas ações políticas, logo, “é a essa ação que chamo projeto de uma sociedade autônoma, o qual se quiser vingar, tem que criar uma sociedade democrática” neste contexto que ora se insere de valores e sentidos políticos líquidos e vazios em suas propostas de introdução do debate democrático, que a proposta de Bauman (2000, p. 90) surge como um aviso e uma conclamação aos ideais de emancipação tão importante aos padrões e necessidades atuais, principalmente quando a “política e a democracia que existem de fato são tão diferente dos paradigmas ideais como as sociedades contemporâneas em relação ao paradigma de uma sociedade autônoma”.

A liquidez do Estado, na medida em que o ente político-governamental, bem como das relações sociais e dos valores humanos é uma constante em países do mundo globalizado, sua tendência tem sido pela flexibilidade das relações

políticas, econômicas, sociais, culturais e até indenitárias, conforme ressaltou Hall (1990) a partir da sua análise sobre a identidade na pós-modernidade desta forma, as consequência deste processo globalizante é a fragilidade dos espaços de deliberação, negociação e articulação política que repercutem sensivelmente em elementos vitais para o curso da sociedade, principalmente quando se coloca a questão das relações de trabalho no mundo cada vez mais globalizado.

Com o fim da segunda guerra mundial houve uma redução no crescimento econômico nos países industrializados nos anos 80. Avalia-se que o índice de desemprego atingiu 7,8% da população economicamente ativa.

[...] houve o crescimento de ocupações temporárias e/ou empregos com vínculos contratuais estáveis, a expansão da terceirização e a redução das jornadas diárias de trabalho indicam que o sistema produtivo não vem demandando trabalho, assalariado suficiente para fornecer empregos estáveis em período integral para todos, ou seja, indicam a expansão do desemprego estrutural (BOYER, 1988, p. 3).

Os argumentos apontados por Cacciamali et al. (1995) para descrever este fenômeno são: novo padrão de competição mundial chefiada por países asiáticos, que se apoiam num baixo custo de mão de obra, combinado à tecnologia avançada e domínio da eletrônica; crescente aplicação de tecnologia da informação e da microeletrônica à produção, elevando os ganhos de produtividade e aplicação de novas metodologias de organização da produção e do trabalho.

Nos países da Europa foi verificado que as taxas de desemprego são maiores e a desigualdade salarial é menor, dessa maneira, a criação de empregos vêm sendo estimulada através de novas formas de contrato de trabalho assalariado para empregos temporários e, em muitos países, constituem um componente expressivo da criação de empregos jovens e mulheres (CACCIAMALI, 2000).

Nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, o que pode ser observado foi que além de informações uniformizadas e sistematizadas sobre a estrutura do emprego, a situação é diferente quanto à absorção de mão de obra no setor secundário da economia, podendo-se analisar o crescimento do setor terciário na produção de novos empregos.

Na América Latina estão sendo elaboradas reformas estruturais micro e macroeconômicas, no intuito de estender a economia e o dinamismo econômico. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de 100 empregos gerados entre 1990 e 1995, 84 correspondem ao mercado informal. Do total de 16

milhões de empregos gerados na América latina no período 1990 – 1994, cerca de 14,4 milhões corresponderam ao setor informal, ocupando 56% do total da região (CEPAL, 1997).

De acordo com Cacciamali (2000, p.8)

[...] no caso da América latina renovam-se as relações de trabalho sob o égide do binômio qualidade-productividade que podem resultar em melhores condições de trabalho, treinamento contínuo e benefícios indiretos associados, muitas vezes, a uma maior intensidade de trabalho. Em paralelo, recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário mão de obra, algumas delas especializadas por ocupações (construção civil, limpeza, segurança, digitação, enfermeiras, etc.) ou subcontratadas diretamente na montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante, etc. Essa plêiade de relações de trabalho (criadas ou recriadas) reflete um único fenômeno que está sendo engendrado pela dinâmica empresarial, especialmente das grandes empresas.

Nos Estados Unidos também houve desemprego, observado a partir da década de 80, apesar de inferior ao nível de desemprego europeu. O país demonstrou um crescimento no número de famílias pobres (CACCIAMALI et al. , 1995).

Cacciamali et. al. (1995) destaca ainda o caso de que o processo de globalização acarreta transformações que já vem sendo testadas nos dias atuais, tornando-se necessário um sistema de políticas públicas que permita acompanhar o aumento econômico sem, contudo, crescer a taxa de desemprego.

No Brasil, nos últimos 30 anos as políticas e os programas de apoio ao setor informal foram incorporados por intermédio do IPEA, SUDENE, SINE, SEBRAE, CODEFAT e BNDES (THEODORO, 2000).

Na avaliação política governamental dos anos 70, a existência de atividades no setor informal era vista como algo temporário, manifestado pelas intensas e breves transformações que estavam sendo feitas nos países em expansão. Conforme Souza (1980) havia fundamentos para pressupor um horizonte mínimo de três gerações para que o setor informal se extinguisse em países como o Brasil para a cúpula governamental.

Para Theodoro (2000) o setor de trabalho informal vem a ser de toda maneira, um incômodo a ser combatido e o ponto de ação do Estado seria a formalização para combatê-lo. Isso teria o significado de adotar ações de promoção à regularização dos empreendimentos e/ou atividades de aumento da renda.

Neste momento, enfatiza-se a ação de dois órgãos de relevância para o setor econômico brasileiro: o Conselho Nacional de recursos Hídricos/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CNRH/IPEA) que inseriu a ideia da existência de um setor informal e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que efetuou programas de grande porte para a área do nordeste, com destaque para o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (PATRA), “fundamentado em um diagnóstico que demonstrava os limites da política de industrialização regional na geração dos empregos necessários” (THEODORO, 2000, p.11).

As estatísticas baseadas em crescimento médio anual acima de 11% entre 1967 e 1973 não lograra reverter o subemprego, sobretudo no meio urbano. Mais grave ainda era o horizonte que se delineava para os anos subsequentes. O processo de urbanização em franca expansão sinalizava o aumento da taxa de atividade, o que apontaria, de acordo com as estimativas do CNRH/IPEA à época, para um incremento em cerca de 11 milhões de trabalhadores naquela década (SANTOS, 1990, p.10).

A década de 80 em seu início foi marcada por uma forte recessão acompanhada de uma elevada retração da ocupação em geral e do emprego formal assalariado registrado. Esse período corresponde de 1980 a 1983 na qual houve queda de 38% na construção civil, 16,45% na indústria de transformação e 6% no número de empregos formais com registro em carteira (LACERDA; CACCIAMALI, 1992).

Com o fim do regime militar, o Brasil lidava com o retrocesso, aumento da taxa de desemprego e das atividades do setor informal, com um elevado aumento inflacionário. O setor informal passou, então, a ser analisado como algo transitório, mas que precisava ser apoiado em suas características básicas para que pudesse incorporar parcelas crescentes da força de trabalho mudando o foco econômico para um foco social.

Conforme Theodoro (2000, p. 13) “não se trata mais, portanto, de formalizar o informal, mas de aproveitar suas características e potencialidades para enfrentar o desemprego, um dos pilares do resgate da cidadania, de acordo com o novo discurso oficial”.

Foram elaborados, então, alguns programas direcionados para assistência ao trabalhador informal:

A segunda metade dos anos 80 vai assistir à criação de um grande número de programas de apoio do informal com a participação de diversos

organismos governamentais, assim como de ONG. Instituições como a LBA e seu MUP (Programa de Apoio a unidades produtivas), Ministério do Interior, organismos financeiros como a Caixa Econômica Federal (Com o Pro-Autônomo) e o Banco do Brasil (Com o FUNDEC), e até mesmo a Presidência da República por intermédio da SEAC (Secretária de Ação comunitária), fizeram-se presentes no apoio ao informal (THEODORO, 2000, p. 13).

Em 1989, segundo a PNAD, grande parte dos trabalhadores ativos eram assalariados (66%) e outros trabalhavam à margem da regulamentação do mercado de trabalho (23,2%). Calcula-se que relações não registradas no interior destes três grupos alcançaram 15,5 milhões de pessoas ou 78% do conjunto das três categorias (CACCIAMALI et al. ,1995).

Nos anos 90, os programas divulgados pelo Governo estavam praticamente banidos por terem chegado à exaustão – exceção feita às ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Após todo contexto político ocorrido no ano de 1992, um enfoque subsidiário apareceu como padrão para a ação do Estado em termos de políticas sociais, com inclusão de apoio ao setor informal determinado pela mobilização nacional contra a fome e a miséria.

Neste mesmo ano o Estado trata a questão do informal basicamente por intermédio de três instituições e seus respectivos programas, a saber:

A Comunidade Solidária e o Programa Banco do Povo, o Ministério do Trabalho/CODEFAT com o PROGER e o BNDES e seus programas: o BNDES-Trabalhador e o BNDES-Solidário [...]. O PROGER, por exemplo, originalmente concedido para apoiar atividades do setor informal, teve uma dotação de recursos, em 1996, da ordem de R\$ 860 milhões, mas somente uma parte residual foi destinada ao setor informal. A maior parte foi direcionada a pequenas empresas e, em um segundo momento, a empreendimentos rurais: PROGER-Rural e PRONAF (THEODORO, 2000, P.15).

O trabalho informal recebe, a cada dia, mais importância devido ao crescimento do número de trabalhadores informais e o menor número de contribuintes para a previdência (MENEZES FILHO; MENDES; ALMEIDA, 2004).

Na concepção de Chicarelli (2009, p.1) existe uma explicação para o crescimento do trabalho informal em excesso, muitas vezes, em pequenos comércios e nos serviços que não exigem alto grau de escolaridades.

No Brasil, até a década de 80, os postos de trabalho destruídos pelas crises eram recriados nos períodos de crescimento econômico. A partir dos anos 90, grande parte dos postos de trabalho eliminada só ressurgiria na informalidade, isto é, ocupados por trabalhadores sem carteira assinada. Os trabalhadores informais representariam, então a parcela ativa do exercito industrial constituída pelos sem trabalho. Diante das dificuldades de

conseguirem um novo emprego (ou mesmo o primeiro emprego), eles acabariam sujeitados a ganhar a vida de qualquer modo. Por isso, se submeteriam a longas jornadas de trabalho e baixas remunerações em atividades geralmente irregulares e ocasionadas de pequena ou nenhuma qualificação técnica.

De acordo com Cacciamali (2000, p. 18) “as recentes mudanças na estrutura de produção apontam para um ajuste heterogêneo no mercado de trabalho”, apontando alto número de trabalhadores sem registro em carteira em todas as regiões do país.

Ainda Cacciamali et. al. (1995, p. 14) complementa que:

[...] as atuais políticas de apoio ao setor informal e as políticas de formação de empresas sociais e cooperativas têm como objetivo aumentar a renda das famílias envolvidas nessas atividades, por meio da oferta de diferentes tipos de treinamento gerencial.

Theodoro (2000) ressalta que atualmente o governo conduz os quesitos da informalidade como algo que deve ser administrado com o mínimo de subversão possível, o que antigamente era tido como indesejável e passageiro da transição rumo ao crescimento, depois analisado por um lado social de combate à pobreza.

2.3 Economias formal e informal no Brasil

Alguns órgãos nacionais e internacionais sinalizam o contínuo crescimento do trabalho informal na América latina e no Brasil, em detrimento ao trabalho protegido por legislações específicas. Convém lembrar, entretanto, que o desenvolvimento da informalidade do trabalho se inscreve em um período marcado pelo desemprego contínuo no mercado de formal (CHICARELLI, 2009).

No Brasil, considera-se formal o contrato com registro em carteira de trabalho, e informal a situação empregatício em que deixa de existir este padrão contratual.

Gondim (2006), por sua vez, considera o setor formal como “aquele constituído por postos ocupacionais disponíveis nas organizações formais e de serviços que são requeridos pelos grupos de maior renda”. Em contrapartida, o mesmo autor define o setor informal como o resultado do excedente da força de trabalho que não foi congregado ao setor formal, abrangendo os trabalhadores por

conta própria, os serviços domésticos, e os ocupados (patrões e empregados) em pequenas empresas constituídas formalmente.

Segundo Noronha (2003), o conceito de “informalidade” diz respeito aos fenômenos excessivamente distintos para serem agregados em um só conceito, como a literatura internacional vem apontando.

Antigamente, o trabalho informal era frequentemente classificado como subemprego ou precarização do trabalho por se tratar de modalidade considerada destorcida dos padrões estabelecidos pelas leis trabalhistas.

O desenvolvimento do trabalho para alguns economistas, está ligado à pressão competitiva que a abertura da economia causou no setor industrial, a respeito disso Ramos apud (CAMARGO, 2004 p. 2) diz que “para ganhar competitividade na mão de obra, ou se reduzem os encargos trabalhistas, o que não ocorreu, ou burla-se a legislação” no caso de recorrer ao trabalho informal.

Outra questão importante destacado por Camargo (2004) é que no Brasil a demanda de mão de obra mudou, com maior utilização de trabalho qualificado e a qualificação profissional foi melhorada, mas não tanto quanto a demanda exigiu.

Mendes, Menezes Filho e Almeida (2004) através de estudos igualando o nível salarial entre os trabalhadores do setor formal com os trabalhadores informais apontou que condicionalmente ao nível de escolaridade, a remuneração do setor informal supera o setor formal, mesmo levando em conta a proteção legal benéfica aos trabalhadores com registro em carteira.

Nos anos 90 ocorreu uma tendência no desenvolvimento da informalização do trabalho devido ao aumento do desemprego e da queda da renda do trabalhador brasileiro. Em janeiro de 2004, o percentual de empregados com registro em carteira, nas seis maiores regiões metropolitanas caiu para 39,7%, inferior ao mesmo mês do ano anterior, quando foi de 40,52% (CAMARGO, 2004).

Ulyssea (2006) é enfático em afirmar que existem correntes de autores que argumentam que a informalidade não está necessariamente ligada a uma elevação do bem-estar, não se constituindo em fator de preocupação.

O salário é considerado outro importante viés a ser discutido e analisado, contudo a escolha deve levar em conta características e benefícios associados a cada posto de trabalho. No Brasil, parte dos trabalhadores recorre a atividades informais, deixando de lado, portanto, direitos trabalhistas garantidos e condições de garantias futuras.

Essa questão, Ulyssea (2004) direciona à rigidez contratual e os custos impostos pelas leis trabalhista sendo uma das principais ou se não a principal causa da informalidade no Brasil, estimulando, desta forma trabalhadores e empregadores à informalidade, com tudo o autor cita algumas fontes principais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Seguro-Desemprego e o Funcionamento da Justiça do trabalho.

No ano de 1936, no Brasil foram adotados vários direitos trabalhistas de acordo com a legislação trabalhista, dentre eles podemos ressaltar a necessidade e obrigação de um salário mínimo. O seu valor estimado tinha como objetivo resolver, ou seja, atender as necessidades básicas do indivíduo, objetivando uma melhor distribuição do emprego e renda, redução da pobreza e um possível equilíbrio inflacionário (FOGUEL, 1997).

Através de estudos elaborados por Lucas (2006), pôde se observar os efeitos de uma serie de transformações do salário mínimo no período de 1940 a 2005, onde se observou que o valor estimado pelas políticas públicas desenvolveu oscilações durante todo o período, chegando a alcançar grandes declínios entre 1940 e 1950 e aumento real a partir da década de 90.

Levando em conta esse mesmo estudo foi importante ressaltar, que a partir de 1951, ainda sob o regime de Getúlio Vargas, foi assinado um decreto aumentado o valor do salário mínimo, fazendo com que ocorressem reajustes com mais frequência a partir de então Foguel (1997) completa que, na segunda metade da década de 50, isso ocorreu devido à pressão sindical, o estímulo à industrialização e o caráter mais social do governo neste período foia fase de maior valor em termos reais da história do país.

Nos dia de atuais, observa-se.

[...] uma provável influencia do preconceito e do favorecimento no mercado de trabalho: a taxa de desemprego cai para as pessoas das classes médias e médio-alta que têm mais de nove anos de estudo, mas se mantem elevada para os da classe baixa que tem aquele mesmo nível de escolaridade (CAMARGO, 2004, p. 2).

Em referência aos efeitos do aumento do valor do salário mínimo, tem-se o crescimento do poder de compra, mesmo o país tendo apresentado com tempo, fases estáveis dos preços, modificações da estrutura salarial e variações na frequência dos reajustes (POCHMANM, 2005).

Contudo podemos afirmar que a legislação trabalhista é uma importante referência para todo o país e continua sendo privilegiada pela sociedade mesmo por que a arrecadação contribui com a previdência do trabalhador.

2.4 O mercado de trabalho no Maranhão e em São Luís

O Estado do Maranhão de acordo com dados do Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) em fevereiro de 2016 registrou 5,8 mil demissões líquidas. De acordo com publicação feita pelo Instituto maranhense de estudos socioeconômicos e cartográficos - IMESC (2016) a estas demissões se deve o resultado negativo observado em todos os setores de atividade, sobretudo na Construção Civil (3,1 mil demissões) e no Comércio (1,3 mil demissões) de acordo com a tabela 01.

Tabela 01: Saldo mensal de empregos no Maranhão Fev/2016

Setores de Atividade	Geração de empregos			
	Jan-Fev/2015	Jan-Fev/2016	Fev/2015	Fev/2016
Extrativa mineral	-311	-79	-267	-22
Ind. de Transformação	-87	-655	-21	-400
SIUP	57	-313	-7	-288
Construção Civil	-3107	-5127	-1708	-3084
Comércio	-2371	-2242	-291	-1253
Serviços	-255	-437	-120	-710
Administração Pública	-11	-72	26	-29
Agropecuária	-265	-277	128	-47
Total	-6350	-9202	-2260	-5833

Fonte: CAGED. Elaboração do próprio autor.

No que se refere ao resultado do 1º bimestre de 2016, foram registradas 9,2 mil demissões líquidas, redução de 2,8 mil vagas em relação ao mesmo período de 2015. Em todos os subsetores de atividade observou-se eliminação de postos de trabalho, com destaque para o desempenho negativo da Construção Civil (-5,1 mil).

O setor do Comércio (-2,2 mil) também foi destaque em termos de desligamentos líquidos no primeiro bimestre de 2016, em especial, no segmento do Comércio Varejista. Além disso, destaca-se que este foi o único setor a apresentar

variação absoluta positiva (+129) no 1º bimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015.

São Luís de acordo com o Instituto maranhense de estudos socioeconômicos e cartográficos - IMESC (2016) concentrou a maioria das demissões líquidas registradas no Maranhão no primeiro bimestre de 2016. Os setores da Construção Civil e Comércio foram os principais responsáveis pelas eliminações de postos de trabalho no município.

Dentre os municípios com maiores saldos negativos no primeiro bimestre de 2016 conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – (CAGED) destacam-se: São Luís (-5,1 mil), Açailândia (-933), Santa Inês (-540), Imperatriz (-475) e Vila Nova dos Martírios (-356).

Os setores da Construção Civil e Comércio foram os principais responsáveis pelas maiores demissões líquidas registradas nos cinco municípios destacados anteriormente. Na capital, destaca-se o segmento de Construção de Edifícios que fechou 1,3 mil postos de trabalho.

Acredita-se que o elevado nível de desemprego exposto nesta seção tenha sido o fator primordial que tem levado as pessoas a buscarem alternativas de geração de renda e que estas só têm encontrado oportunidade de ocupação no mercado informal.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipos de pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa, este trabalho seguirá as taxionomias propostas por Vergara (2007), que distingue dois tipos de pesquisas:

a) Quanto às finalidades: será descritiva, explicativa e aplicada.

- Descritiva, porque se pretende expor sobre as principais características do trabalho informal na região metropolitana da Cidade de São Luís, estabelecer um relacionamento entre o trabalho autônomo informal e emprego formal com contrato de trabalho assinado;
- Explicativa, porque tem como objetivo buscar explicações que levem a um melhor entendimento sobre os principais fatores que causam o grande índice do trabalho informal na zona urbana de São Luís;
- Aplicada, concluída a pesquisa, seu resultado poderá servir de base para tomada de decisão pelos gestores públicos, no que diz respeito a elaboração e promoção de políticas públicas que venham atender algumas das necessidades básicas apresentadas como problemas pelos trabalhadores informais com atuação na cidade.

b) Quanto aos meios: a pesquisa será bibliográfica e de campo.

- A pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e metodológica do trabalho foi feitos estudos sistemáticos em referências bibliográficas e artigos conhecidos e publicados em: livros, revistas especializadas, dissertações, teses e na internet.
- A pesquisa de campo será realizada no local de desenvolvimento das atividades dos trabalhadores informais, através de entrevistas e aplicação de questionários para coleta de dados.

3.2 Universo e amostra

O universo a ser investigado são os trabalhadores informais da cidade de São Luís, a amostra é composta por trabalhadores dos setores informais que atuam na região metropolitana da cidade, mais especificamente os da região do centro

comercial da cidade, região essa que compreende todas as ruas, travessas, praças e os camelódromos, espaços especialmente construídos ou adaptados para que estes trabalhadores possam desenvolver suas atividades de forma mais organizada e segura no centro comercial da cidade.

3.3 Coleta de dados

Os dados serão levantados a partir de um conjunto de instrumentos e ações, a serem desenvolvidas, tais como:

- a) Primeiramente será feito levantamento bibliográfico, em material estritamente voltado para o assunto, material este composto por: livros, revistas, periódicos, pesquisas, artigos acadêmicos, dissertações e teses, sobre os quais se fará leitura para aprofundar os conhecimentos e melhor fundamentar o conteúdo do trabalho;
- b) Pesquisa de campo, com observação participante onde se pretende passar algum tempo no ambiente de trabalho dos pesquisados. Aplicação de questionário misto, parte fechada e algumas questões com respostas livres, onde os dados serão coletados e buscar-se-á conteúdo com vistas a responder o principal questionamento desta pesquisa.

3.4 Tratamento de dados

Os dados levantados na coleta através da aplicação dos questionários e nas observações em loco serão tratados com procedimentos científicos, visando dar suporte à conclusão da pesquisa, seguindo os métodos considerados mais apropriados. A bibliografia examinada fundamentará o referencial teórico do trabalho baseado na definição de conceitos, objetivos e aspectos sobre o trabalho no setor informal, mais importante. Estes pontos serão de extrema relevância para concretização do entendimento das causas e efeitos do desenvolvimento das atividades do trabalhador informal.

Os dados coletados serão reunidos e manipulados, permitindo comparações e cruzamentos de informações fundamentais, tais como: idade, gênero, renda, tipo de negócio praticado, etc. Com estes, serão geradas tabelas e gráficos, que tornarão as análises mais fáceis de entendimento, na qual se

visualizará as causas e os principais motivadores da atuação de trabalhadores no setor informal.

3.5 Limitações do método

Este trabalho, como todo e qualquer trabalho científico, apresenta muitas limitações, e entre elas listar-se-á a seguir algumas:

- a)** O espaço físico da área da pesquisa que se restringirá a região do centro comercial da área urbana da cidade de São Luís.
- b)** O tamanho da amostra da pesquisa, relativamente muito pequena em relação ao universo de trabalhadores informais que atuam na região metropolitana da cidade.
- c)** Diante da limitação do tempo e disponibilidade dos recursos para a pesquisa, toda atenção será voltada exclusivamente para levantar uma quantidade mínima de dados para que através deles se possa chegar a alguma conclusão;
- d)** A abrangência do estudo, que de forma alguma tem a pretensão de esgotar o assunto, tem a específica finalidade de ajudar a entender o fenômeno do crescimento exponencial do trabalho informal nos grandes centros urbanos a partir da realidade identificada na região do centro comercial da cidade de São Luís.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no período de 10 a 30 de março de 2016, coma aplicação de um questionário semi-aberto entre a população composta por vendedores ambulantes que atuam na região central da cidade de São Luís do Maranhão.

Procurou-se explorar três aspectos de fundamental importância para o entendimento do processo de desenvolvimento e sobrevivência do trabalhador informal na cidade: o 1º aspecto explorado foi o correspondente às características pessoais e relação de família, no qual se procura saber: gênero, idade, estado civil, número de filhos, a escolaridade, a quantidade de pessoas residentes na casa; o 2º aspecto trata das condições de moradia, no qual se busca saber: situação da residência (própria, alugada ou outros) quantidade de cômodos, região geográfica da cidade onde a residência está e a origem da pessoa; por fim o 3º e último aspecto trata das condições de trabalho no qual se procura saber se aquele trabalhador sempre trabalhou no setor informal, se não, os motivos que levaram estas pessoas a aderirem ao trabalho informal, o grau de satisfação destas com o tipo de trabalho que desenvolvem, e do ponto de vista deste trabalhador ou da trabalhadora quais os aspectos positivos e os negativos que vêm em suas situações de trabalho.

A seguir serão apresentadas as principais questões com uma condensação das respostas mais expressivas dadas pelos pesquisados.

4.1 Características pessoais e relação familiar

4.1.1 Sexo e idade

A primeira questão tratou de examinar o sexo e a idade das pessoas que se encontram em atividade no trabalho informal, dividindo-se o grupo dos pesquisados por faixa etária, com os seguintes intervalos nas faixas em anos: 16 a 20, 21 a 30, 31 a 40, 41 a 50 acima de 50 anos. Esta situação está apresentada na Tabela 2.

Tabela 02: Trabalhadores por faixa etária e sexo.

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total por faixa		
	Qtd	(%)	Qtd	(%)	Qtd	Homens (%)	Mulheres (%)
16 a 20	11	16,4	4	15,4	15	73,3	26,7
21 a 30	8	11,9	8	30,8	16	50,0	50,0
31 a 40	23	38,8	5	19,2	28	83,9	16,1
41 a 50	17	28,4	7	26,9	24	73,1	26,9
Acima de 50	3	4,5	2	7,7	5	60,0	40,0
Total	62	100	26	100	88		

Fonte: Elaboração do próprio autor.

A taxa relativa de participação mostra o perfil da força de trabalho no mercado informal da região central de São Luís, no que diz respeito a sexo e idade, a pesquisa mostra também que quase em todas as faixas etárias há uma predominância do elemento do sexo masculino, com exceção da faixa entre 21 e 30 anos em que tal elemento apresenta o mesmo percentual que o de mulheres em atividade.

Percebe-se também, com base nos dados da pesquisa, que na primeira faixa 16 a 20 e nas faixas de idade mais avançadas 31 a 40 anos e 41 a 50 anos os homens representam percentuais muito mais expressivos do que nas demais faixas, em relação ao conjunto e chegam a corresponder a aproximadamente 84% dos pesquisados na faixa de 31 a 40 e 73% na faixa de 41 a 50.

A partir destes dados podem-se tirar algumas conclusões com relação a esta forte concentração masculina no trabalho informal nessas faixas etárias, como por exemplo: a necessidade de gerar renda, as responsabilidades familiares, a falta de oportunidade de ingressar no mercado formal, a baixa escolaridade, o desejo de autonomia, o trabalhador se sente mais seguro no que diz respeito a desenvolvimento de atividades profissionais, deixar de ter patrão, a possibilidade de obter remuneração maior do que se estivesse empregado.

4.1.2 Sexo e situação civil

Outra questão que o estudo procurou saber foi a situação civil do trabalhador informal por sexo, na qual se estabeleceu cinco situações, que foram: solteiros, casados, viviam com companheiro (a), viúvos, divorciados ou separados, para esta pergunta, as respostas foram: 31% dos homens e 57,7% das mulheres afirmaram serem solteiros; já na classificação dos casados 43,3% dos homens e 23,1% das mulheres também afirmaram serem casados; convivendo com companheiro (a) as respostas a esta questão foram que 16,4% dos homens e 15,4% das mulheres afirmaram que vivem nessa condição, estes foram os números mais expressivos.

Em se tratando da situação de viúvos, divorciados ou separados as respostas foram 3,0% dos homens afirmaram serem viúvos e 6,0% disseram ser divorciados ou separados, entre as mulheres não foi encontrado nenhum caso em que a mesma fosse viúva e só 3,8% estavam na situação de divorciadas ou separadas.

Com relação ao estado civil, percebeu-se que a maior parte dos entrevistados masculinos encontram-se casados, correspondendo a 43,3% dos pesquisados, enquanto que as mulheres estão mais concentradas no grupo dos solteiros com 57,7% das pesquisadas pertencendo a este grupo.

4.1.3 Sexo e escolaridade

Neste item, o objetivo foi saber o nível de escolaridade e qual a relação que pode ser estabelecida entre o grau de escolaridade e o exercício do trabalho no setor informal como forma de ocupação do tempo e de geração de renda.

Com este fim, foi feita uma escala de nivelamento da escolaridade dos pesquisados, e as questões colocadas foram: nenhuma escolaridade, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, 2^a grau incompleto, 2^o grau completo, o 3^o grau incompleto e 3^o grau completo.

As respostas a este questionamento foram: nenhuma escolaridade 4,5% dos homens consultados e 7,7% das mulheres; com o do ensino fundamental incompleto 22,4% dos homens e 15,4% das mulheres; com o ensino fundamental completo as respostas foram que 20,9% dos homens e 7,7% das mulheres; com o 2^o

grau incompleto 17,9% dos homens e 26,9% das mulheres; para o 2º grau completo os homens responderam com 34,3% e as mulheres com 42,3%.

Desta forma, considerando-se de baixa escolaridade as pessoas com nível escolar até o ensino fundamental incompleto, percebeu-se entre os pesquisados a existência de um número significativo de pessoas com este nível de escolaridade, correspondendo a 26,9% dos homens e 23,1% das mulheres, atuando nas atividades do setor informal. Enquanto isso, os maiores índices em grupos individuais concentram-se nos indivíduos com o segundo grau completo, respondendo os homens com 34,3% com este grau de escolaridade e as mulheres com 42,3%, o que pode ser considerado um nível educacional bom para o tipo de atividade profissional exercida.

Foi perguntado também sobre quem tinha qualquer formação em nível de terceiro grau e nenhum entre os pesquisados declarou ter curso no nível de terceiro grau, tanto completo como incompleto.

Na pesquisa foi interrogado também sobre o grau de escolaridade das esposas ou maridos, companheiro, do pai e da mãe do pesquisado com o objetivo de se avaliar o grau de influência destas pessoas sobre aquelas e suas atividades de trabalho.

4.1.4 Número de filhos

Com este questionamento, procurou-se saber qual o número de filhos dos trabalhadores informais pesquisados, estabeleceu-se uma escala de nível gradativo variando entre: 00, 01, 02 e mais de 02 filhos; as respostas em termos percentuais foram as seguintes: nenhum filho, 34,3% dos homens, enquanto isso, entre as mulheres o percentual para esta indagação foi de 53,8%, a segunda opção de respostas nesta questão foi para 01 filho, o que foi respondido positivamente por 10,4% dos homens e 19,2% das mulheres; dois filhos 31,3% dos homens responderam ter dois filhos e 19,2% das mulheres; para interrogação quanto a quem tinha mais de dois filhos 23,9% dos homens responderam afirmativamente e entre as mulheres a resposta para este questionamento foi de 7,7%.

A pesquisa procurou saber também a quantidade de pessoas residentes em cada domicílio e o número de pessoas sem renda por faixa etária, para ponderar

qual o grau de comprometimento e dependência do nível de renda gerada por cada trabalhador informal.

No que diz respeito à quantidade de pessoas residentes; foi apurado que em média as residências dos pesquisados abrigam algo próximo de quatro pessoas. Quanto ao número de pessoas sem trabalho foi apurado que a maioria destas pessoas está em uma faixa etária variando entre 16 e 25 anos o que corresponde a 63% das respostas dos que afirmaram ter gente sem trabalho em suas casas.

4.1.5 Renda familiar

Com relação à renda familiar, procurou-se saber qual o nível de ganho das pessoas, nas atividades desenvolvidas por elas, estabeleceu-se uma escala salarial com faixa de renda com a variação a seguir: zero a um salário mínimo, acima de um salário mínimo, até dois salários mínimos, acima de dois, até três salários mínimos, acima de três, até quatro salários mínimos, acima de quatro, até cinco, e acima de cinco salários mínimos.

As respostas ao questionamento para cada uma das faixas de renda desta questão foram as seguintes: para o ganho de até um salário mínimo 20,9% dos homens e 19,2% das mulheres afirmaram está com a renda situada nesta faixa; na faixa demais de um, até dois salários mínimos as respostas foram que 55,2% dos homens e 53,8% das mulheres; na faixa de ganho de mais de dois, até três salários mínimos 16,4% dos homens e 19,2% das mulheres; na faixa acima de três até quatro salários mínimos as respostas foram que 4,5% dos homens e 3,8% das mulheres; para a faixa acima de quatro, até cinco salários mínimos as respostas foram que 3,0% dos homens e 3,8% das mulheres; nenhum dos pesquisados, homem ou mulher, assumiu ter renda mensal superior a cinco salários mínimos.

Em resposta a esta questão, 41% dos pesquisados disseram que sim, que o nível de renda que ganham é suficiente para suprir suas necessidades e de suas famílias e alguns chegaram mesmo a afirmar que do que ganham ainda conseguem economizar uma parte para suprir alguma eventualidade, já para a maioria dos pesquisados, 59%, o que estão ganhando não é suficiente para suprir as necessidades da família, o que às vezes lhes obrigam a buscar outros meios para complementar a renda, tais como: trabalhar em outros pontos, aos sábados, domingos e feriados.

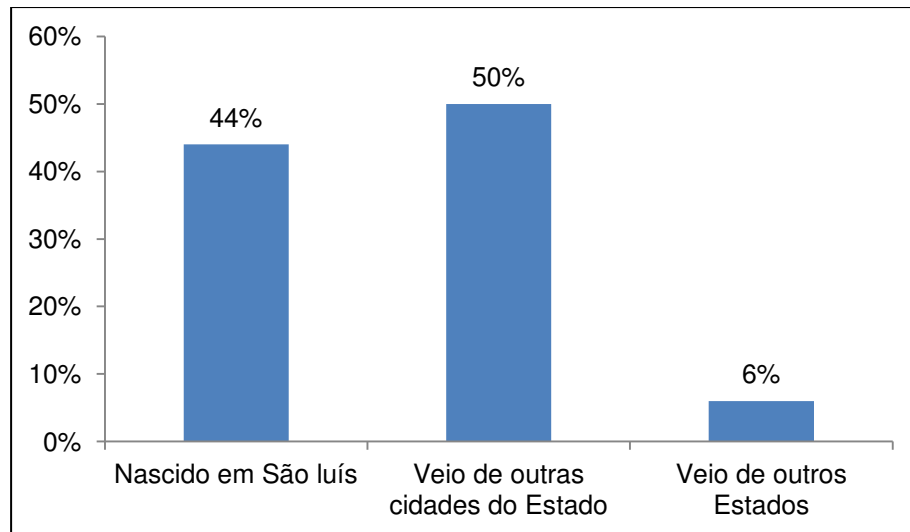
Mesmo para os que disseram que a renda que estavam ganhando não era suficiente para suprir suas necessidades e de suas famílias, a grande maioria se mostrou satisfeita com a situação de trabalho que desenvolvem, preferindo este tipo de atividade, a um emprego formal, para ganhar o mesmo rendimento adquirido no setor informal.

4.2 Moradia

Nas questões sobre moradia, procurou-se saber pontos fundamentais sobre as condições de moradia dos trabalhadores do setor informal, tais como: os bairros onde moram, a origem da pessoa (local de onde vieram), o tipo da residência (própria, alugada, outros), os serviços públicos que atendem as residências, tais como: luz elétrica, água encanada e esgoto sanitário, tipo de material usado na construção de suas casas. E outros itens de menor importância, mas também muito necessários, como a existência de telefone fixo na residência ou público nas proximidades, e pavimentação nas ruas.

Em que Bairro mora? Quanto a esta questão, os bairros com maior incidência de respostas apontadas pelos pesquisados foram: Anjo da Guarda, São Raimundo, Coroadinho, Vila Embratel, Cidade Operária, Santa Clara, Vila Vitória, Bom Jesus, Sá Viana e Santa Bárbara.

Todos os bairros citados são geograficamente situados nas regiões periféricas da ilha de São Luís, uns ficam mais próximos da região central da cidade, onde os trabalhadores informais desenvolvem suas atividades, por exemplo: Sá Viana, Anjo da Guarda e Vila Embratel. Outros ficam mais afastados do centro como: São Raimundo, Cidade Operária e Santa Bárbara.

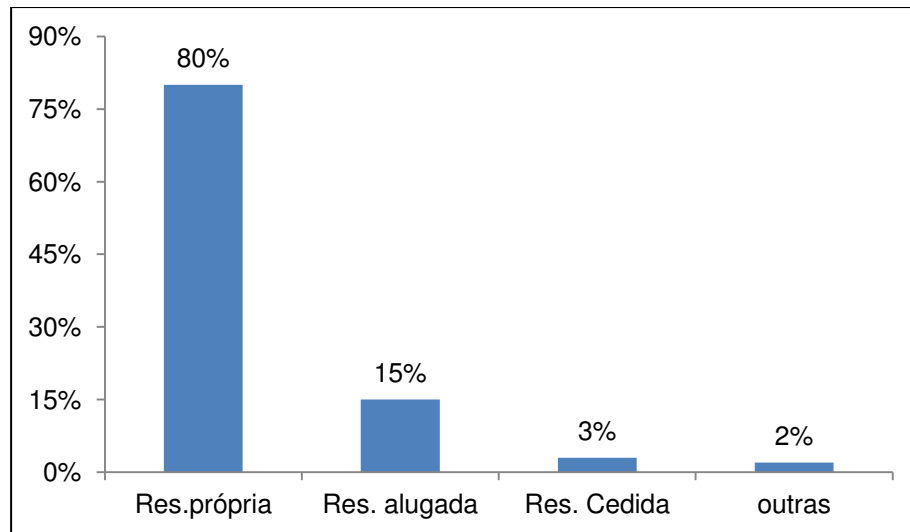
Gráfico 01: Origem territorial.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

De onde você veio? Nesta questão, a pesquisa procurou saber qual a origem dos trabalhadores informais com atuação na cidade e como mostrou o gráfico 01, as respostas foram que 44% dos pesquisados disseram ser originários da própria cidade de São Luís, 50% afirmaram ser procedentes de outras cidades do interior do estado do Maranhão e apenas 6% das pessoas disseram que vieram de outros Estados.

4.2.1 Residência

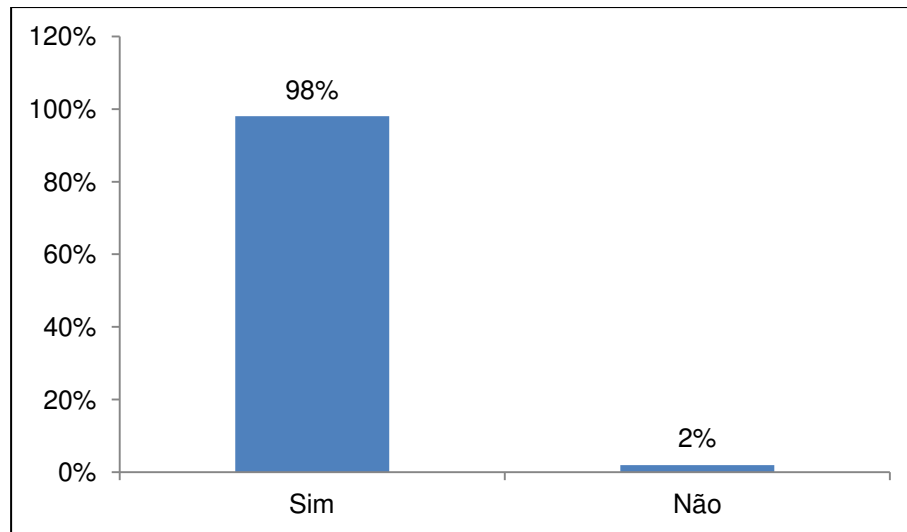
Outro ponto que a pesquisa procurou saber foi quanto à propriedade da residência, e as respostas a esta questão foram que 80% dos pesquisados residem em casa própria, 15% residem em imóveis alugados e 5% dos entrevistados afirmaram morar em imóveis cedidos ou de favores com parentes ou amigos, conforme o gráfico 02.

Gráfico 02: Propriedade de residência.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

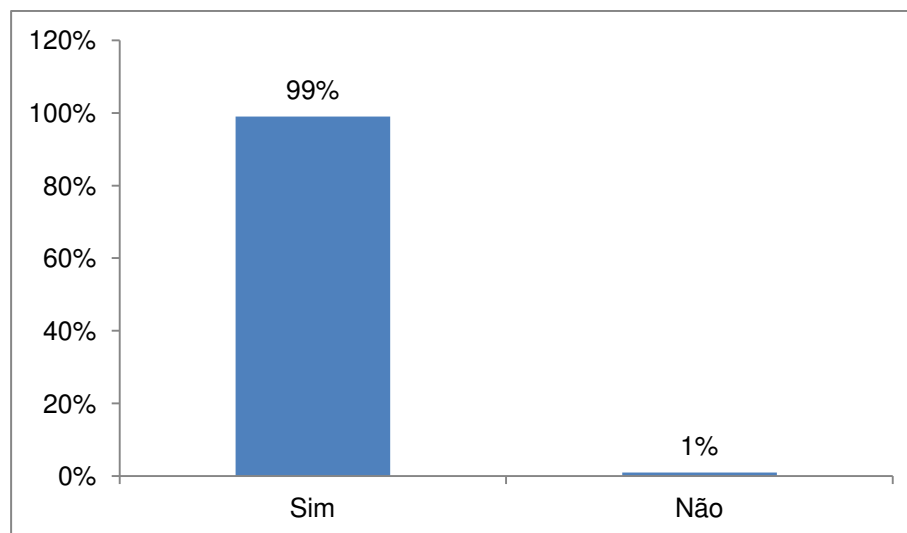
Na pesquisa, também foram levantados dados quanto à quantidade de cômodos que existiam nas residências dos pesquisados e as respostas mais expressivas foram três cômodos, correspondendo a 22% dos entrevistados, para imóveis com quatro cômodos 25% dos entrevistados responderam positivamente e para imóveis com cinco a resposta foi positiva para 21% dos pesquisados.

A pesquisa procurou saber, em relação às residências, quais dos serviços públicos essenciais como energia elétrica, água encanada e esgoto sanitário eram prestados nas unidades residenciais, e o primeiro entre os serviços que foram consultados foi o atendimento com energia elétrica, 98% dos pesquisados responderam que sim, suas moradias eram atendidas por este serviço como mostra o gráfico 03.

Gráfico 03: Serviço de energia elétrica.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com relação aos serviços de fornecimento de água encanada, 99% dos pesquisados afirmaram ser atendidos por este serviço público, o que está sendo demonstrado no gráfico 04.

Gráfico 04: Serviço de água encanada.

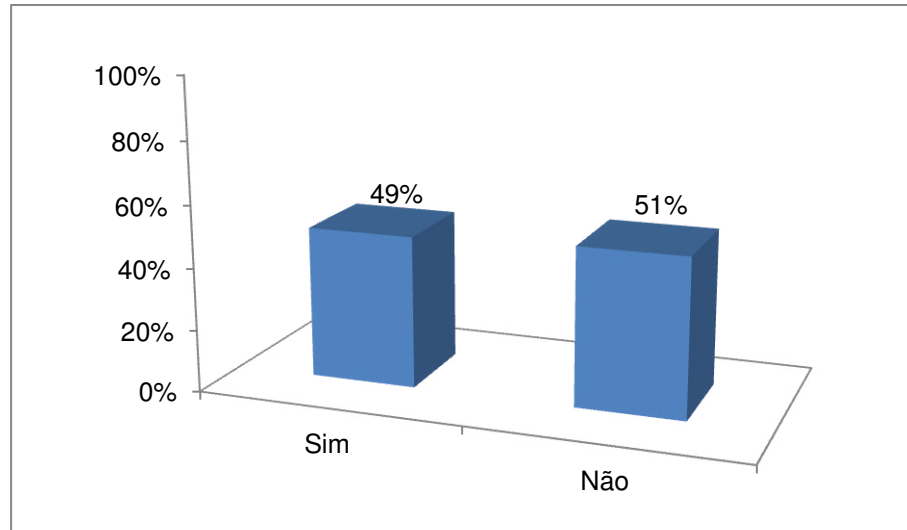
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Apesar de ainda existir entre os pesquisados, residências que ainda não são atendidas por este serviço público, o percentual é muito pequeno em relação ao universo, o que pode se considerar uma situação satisfatória.

Com relação aos serviços de esgoto sanitário, as respostas não já não mostraram um bom indicador, houve praticamente valores iguais entre o total que

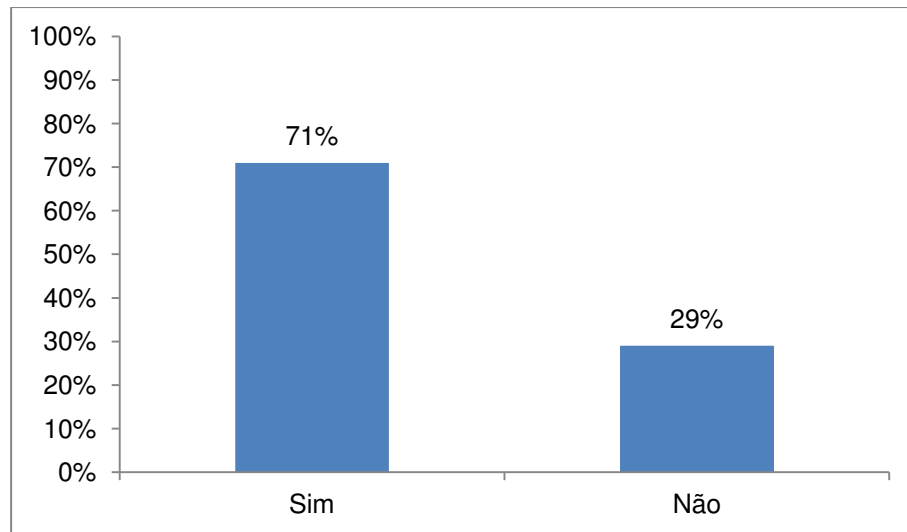
disseram que suas residências não são atendidas e os que afirmaram ter suas residências atendidas, ou seja, 49% dos pesquisados disseram sim, e 51% disseram que não, como mostra o gráfico 05.

Gráfico 05: Esgotamento sanitário.



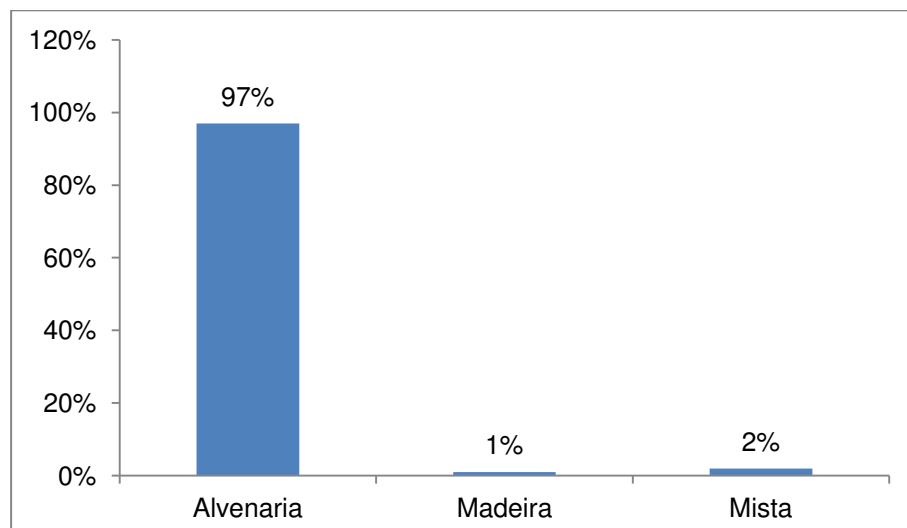
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Ao serem questionadas sobre a situação de pavimentação das ruas onde residem, as respostas foram as seguintes, 71% dos pesquisados afirmaram que sim, mas nem sempre o estado de conservação do pavimento é aceitável, normalmente é feito com asfalto de baixa qualidade e com as primeiras chuvas de cada período logo mostram falha. Já 29% afirmaram que não e, normalmente enfrentam um excesso de poeira nos períodos sem chuvas ou lama nos períodos chuvosos o que dificulta o acesso a suas moradias conforme o gráfico 06.

Gráfico 06: Ruas pavimentadas.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quanto ao tipo de construção de suas casas, quase uma unanimidade, 97% dos pesquisados afirmaram que suas residências são construídas de alvenaria. 1% por cento afirmou que suas casas são de madeira e 2% disseram que os materiais com os quais suas casas estão construídas é um misto de alvenaria e madeira de acordo com o gráfico 07.

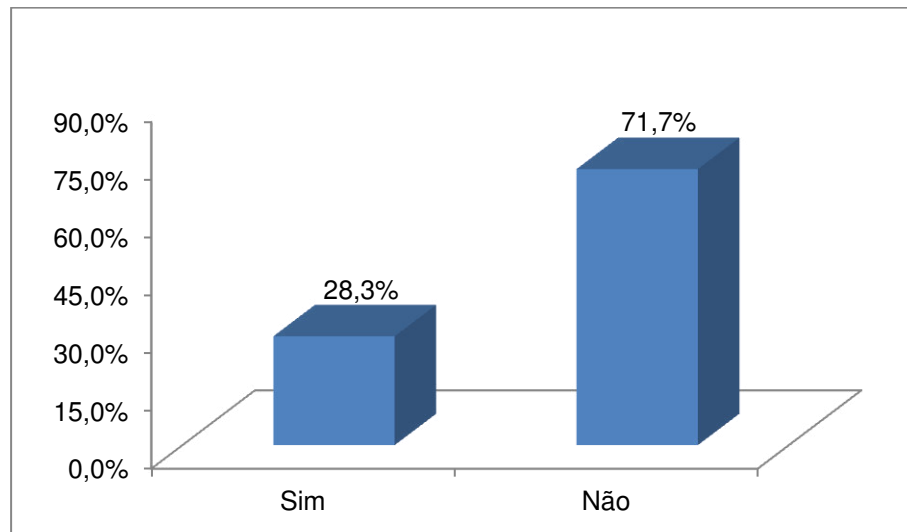
Gráfico 07: Tipo de construção.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com relação à existência de telefones fixos nas residências, mais de 28% dos pesquisados afirmaram que dispunham de tal serviço, já mais de 70% dos

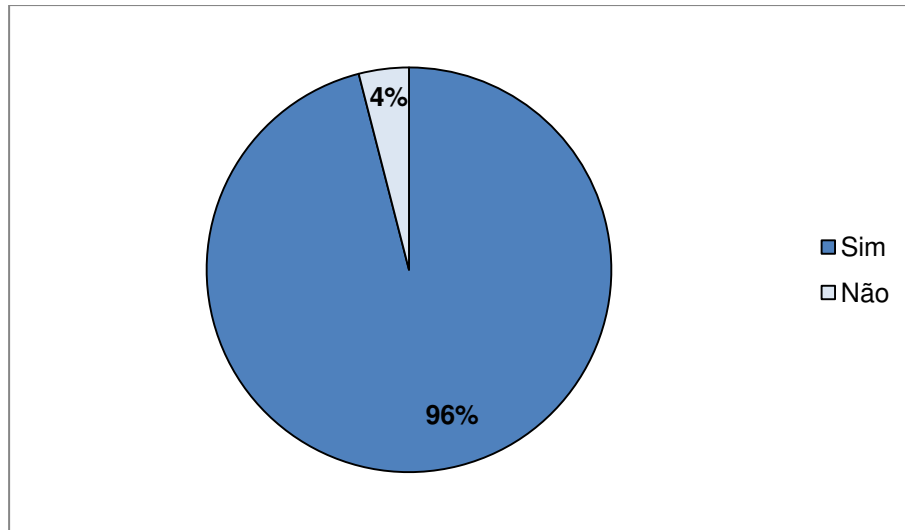
pesquisados afirmaram que não dispõem do serviço de telefonia fixa em suas residências. Dentre os que não dispõem de telefones fixos, foram encontrados os que não possuíam porque não queriam; os que não tinham porque as concessionárias dos serviços não conseguiam disponibilizar o referido serviço nos locais de suas residências e outros por acharem que os serviços são caros e não são tão práticos, conforme o gráfico 08.

Gráfico 8: Telefone fixo.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

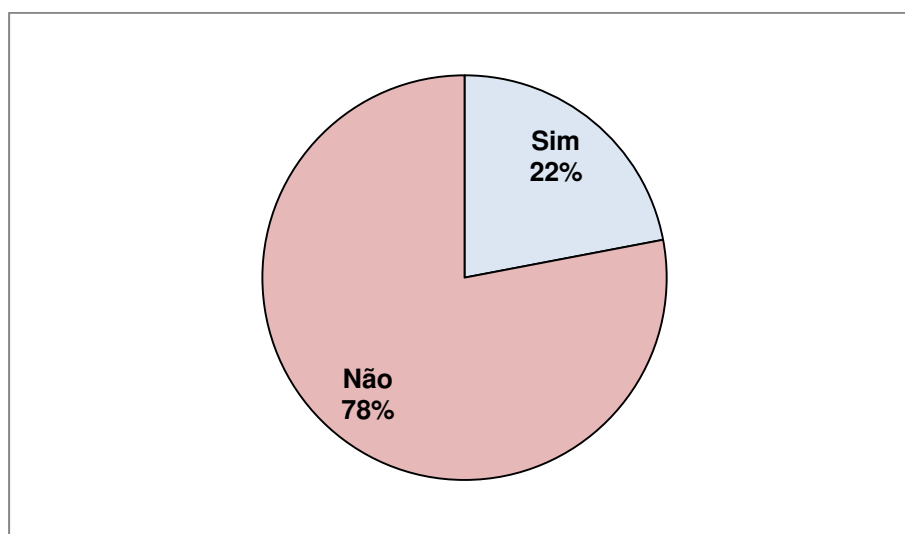
Com relação ao serviço de telefonia móvel, 96% dos entrevistados responderam que tinham ao seu dispor pelo menos uma linha de telefone celular e 4% dos pesquisados disseram não dispor de uma linha de telefone celular como mostra o gráfico 09.

Gráfico 09: Possui telefone celular.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Os possuidores de telefone celular disseram ainda que o aparelho é de grande importância no desenvolvimento de suas atividades, possibilitando-lhes estabelecer contatos mais rápidos com seus fornecedores, seus clientes e outros contatos de seus interesses.

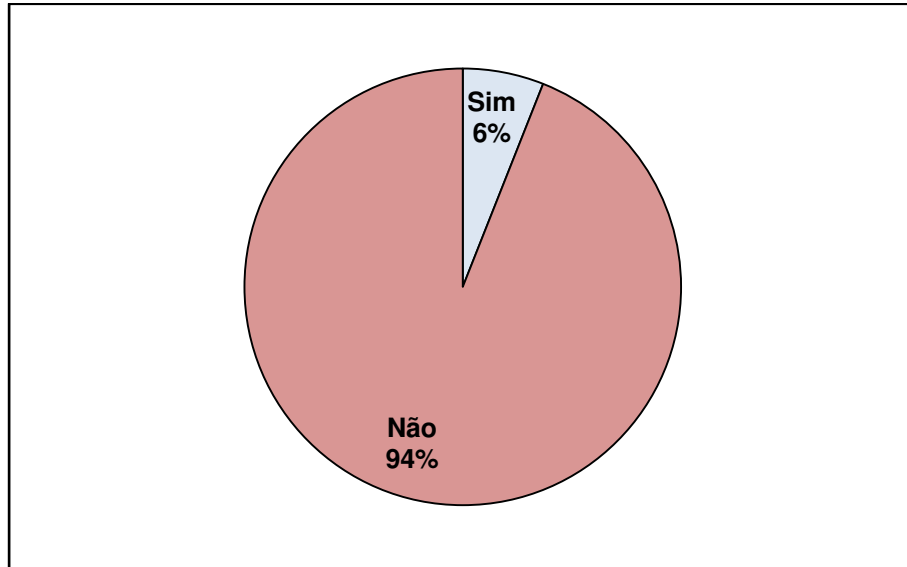
Perguntados se tinham em suas residências computador, apenas 22% dos pesquisados afirmaram possuir, a grande maioria, 78% afirmaram não dispor deste aparelho em suas residências, mas consideravam como um objeto de grande utilidade, tanto para o trabalho como para a aprendizagem, conforme o gráfico 10.

Gráfico 10: Possui computador

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Perguntados se possuíam serviço de internet, somente 6% dos pesquisados responderam positivamente como podemos ver no gráfico 11.

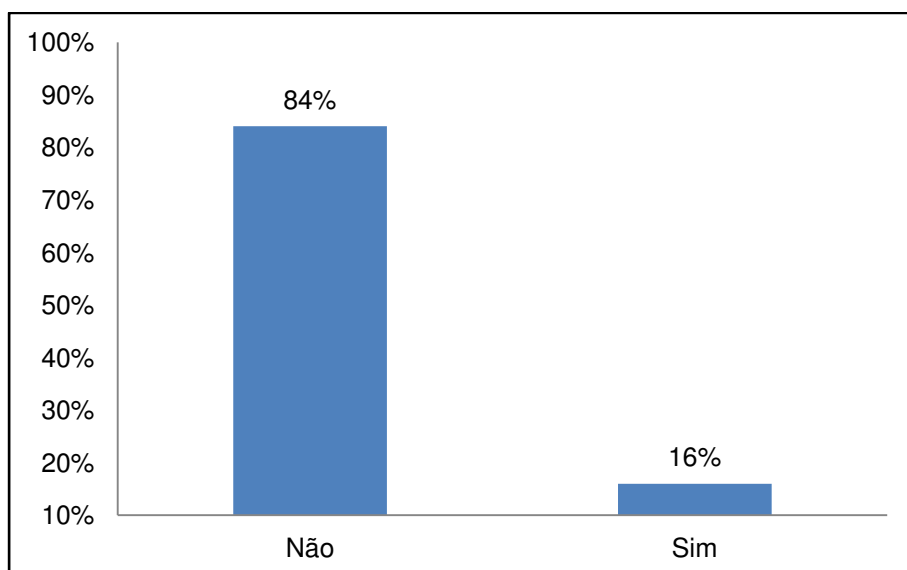
Gráfico 11: Possui serviço de internet



Fonte: Elaboração do próprio autor.

A pesquisa também procurou saber, entre os pesquisados quantos possuem carro, somente 16% responderam afirmativamente a essa pergunta, e 84% disseram que não possuíam veículo automóvel de acordo com o demonstrado no gráfico 12.

Gráfico 12: Possui veículo automóvel.



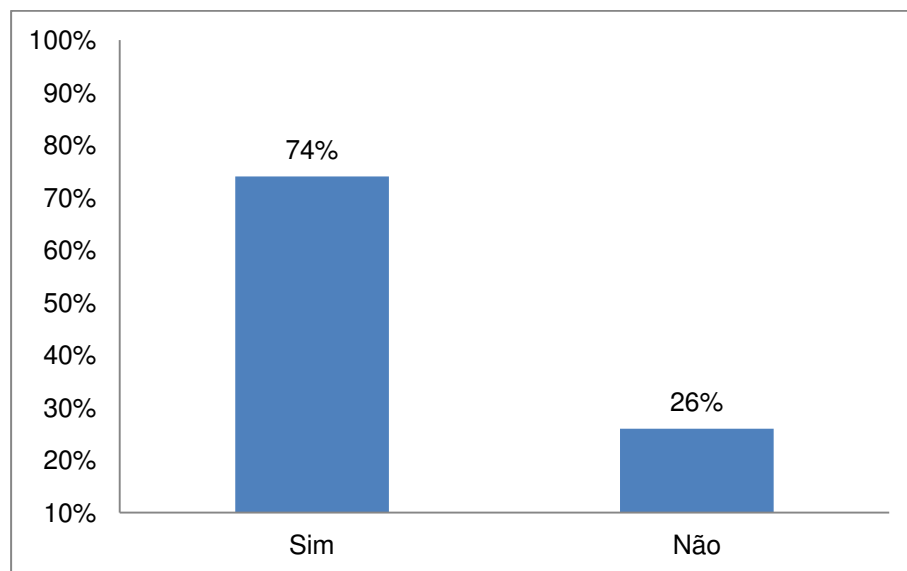
Fonte: Elaboração do próprio autor.

4.3 Das condições de trabalho

Outra preocupação da pesquisa foi examinar as condições de trabalhados pesquisados, na qual se procurou saber: se as pessoas sempre trabalharam por conta própria e no setor informal, no caso de terem tido outros tipos de atividades, qual o tipo de trabalho anterior, porque resolveram entrar para o setor informal, saber dos próprios trabalhadores informais quais os pontos positivos e negativos no tipo de trabalho que desenvolvem qual o grau de satisfação pessoal, quais as dificuldades que enfrentam para desenvolver suas atividades.

Questionados sobre, se sempre trabalharam por conta própria, 74% dos pesquisados responderam que sim, sempre trabalhou por conta própria e em atividades do setor informal, já 26% respondeu que não, antes de decidirem trabalhar por conta própria em atividades do setor informal, foram empregados e após perderem seus empregos e procurarem e não conseguirem nova colocação no mercado formal resolveram buscar alternativas de geração de emprego e renda o que só conseguiram encontrar no setor informal conforme o gráfico 13.

Gráfico 13: Sempre trabalhou por conta própria.

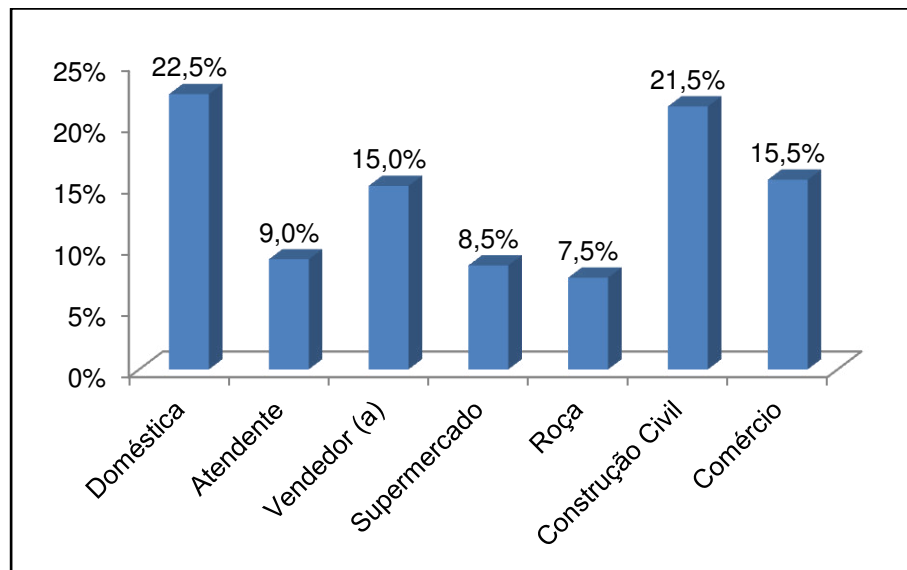


Fonte: Elaboração do próprio autor.

Nos casos em que as respostas dos pesquisados foram negativas, ou seja, que antes de trabalharem no setor informal foram empregados procurou-se saber onde estes trabalhadores desenvolveram suas atividades e as respostas

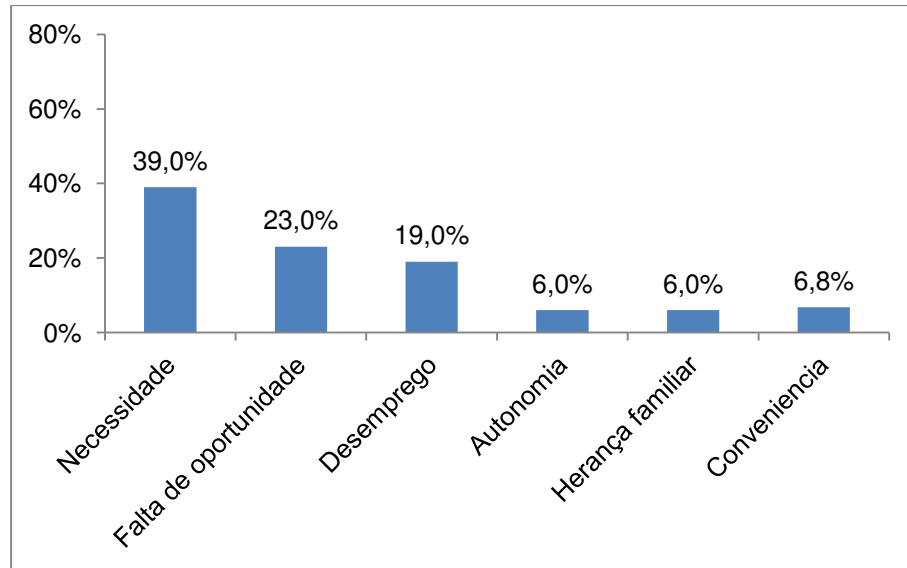
foram muitas, e do conjunto, extraiu-se as mais frequentes e representativas, empregada (o) doméstica (o) com 22,5%; atendente comercial com 9%, repositor de estoques supermercado com 8,5%, vendedor (a) de lojas com 15%, roça com 7,5%, operário ou auxiliar na construção civil com 21,5% e outras atividades em comércio com 15%, conforme o gráfico 14.

Gráfico 14: Trabalho em outras atividades.



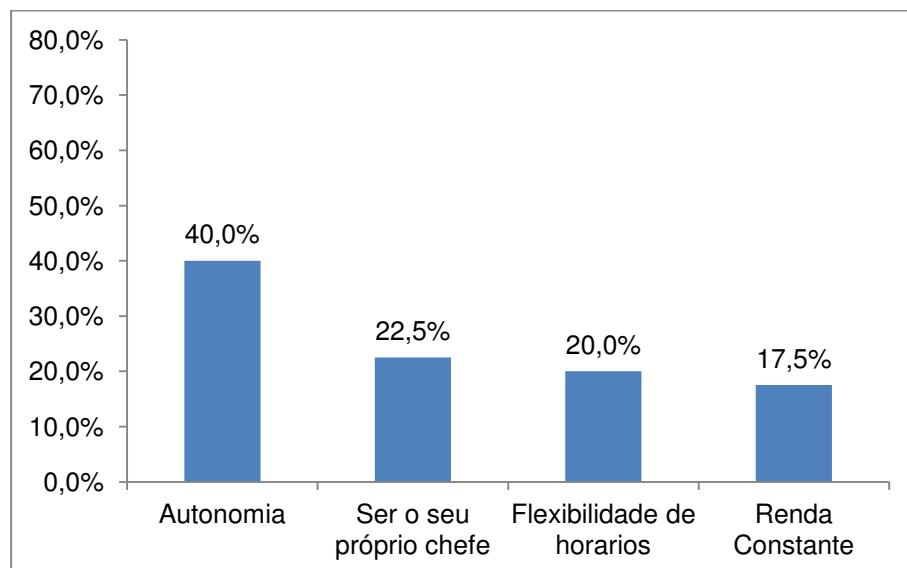
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Questionados sobre os motivos que os levaram a decidir trabalhar no setor informal, diversos foram motivos apontados para justificarem suas opções pelo trabalho informal, entre os principais estão: a necessidade de ter uma fonte de renda para adquirir os bens para satisfazer suas necessidades básicas, com um percentual de 39,0%; falta de oportunidades no mercado de trabalho convencional correspondendo a 23,0% das respostas; desemprego com 19,0% das respostas; desejo de autonomia 6,0%; conveniência correspondendo a 6,8% e herança familiar com um percentual de 6,0% conforme o gráfico 15.

Gráfico 15: Motivo de trabalhar por conta própria.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando questionados sobre os pontos positivos em trabalhar no setor informal, as respostas mais frequentes a esta questão foram: ter autonomia com 40,0% das respostas; ser seu próprio chefe com 22,5% das respostas, flexibilidade de horários, com 20,5% das respostas e renda constante com 17,5% das respostas conforme o gráfico 16.

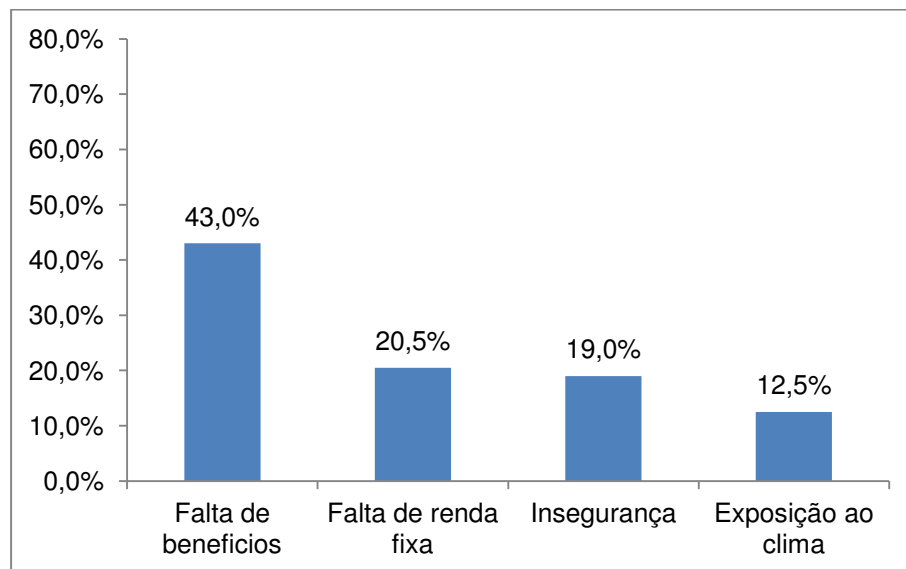
Gráfico 16: Pontos positivos.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

O conjunto de respostas autonomia, ser seu próprio chefe e flexibilidade de horário obtiveram juntas um total de 82,5% das respostas dadas, todas elas com um forte cunho de desejo de independência no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades ocupacionais geradoras de renda, que de certa forma corresponde a livre ação no desempenho de atividades, sendo o trabalhador seu próprio diretor.

Quando questionados sobre os pontos negativos em trabalhar por conta própria, os pesquisados deram como respostas mais freqüentes, as seguintes: não ter os benefícios da seguridade social como tem um empregado com carteira assinada, entre estes benefícios estão o salário certo no final do mês, horário pré-estabelecido de trabalho, férias, décimo terceiro salário, FGTS, aposentadoria garantida após de um certo tempo de trabalho; não ter renda fixa, insegurança, as adversidades climáticas(sol, chuva,...), a própria informalidade e a sazonalidade, foram os principais pontos negativos apontados pelos pesquisados conforme o gráfico 17.

Gráfico 17: Fatores negativos

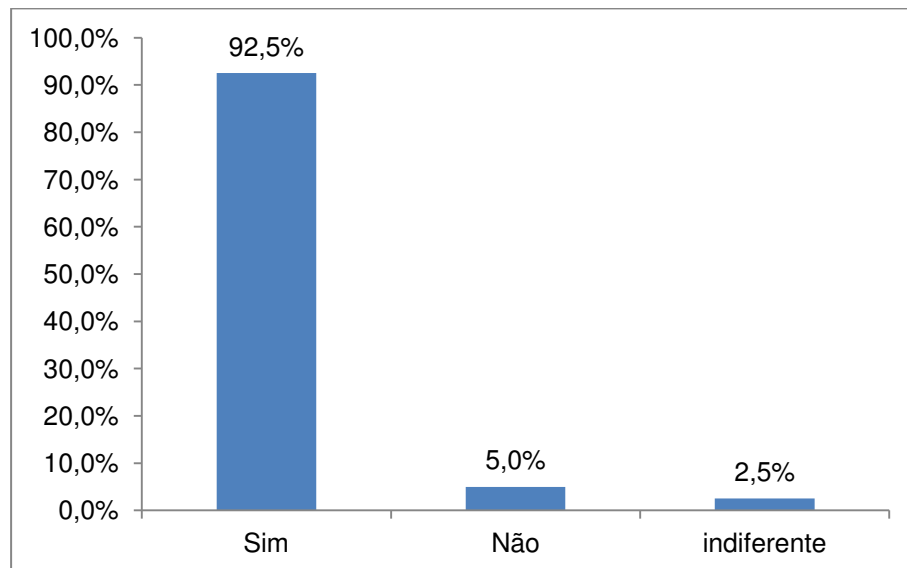


Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando questionados se trabalham muito na atividade que desenvolvem, as respostas foram: 92,5% dos pesquisados respondeu que sim, acham que o trabalhador informal trabalha muito e muito mais do que se fosse empregado, normalmente começam a jornada muito cedo da manhã, às vezes na madrugada e

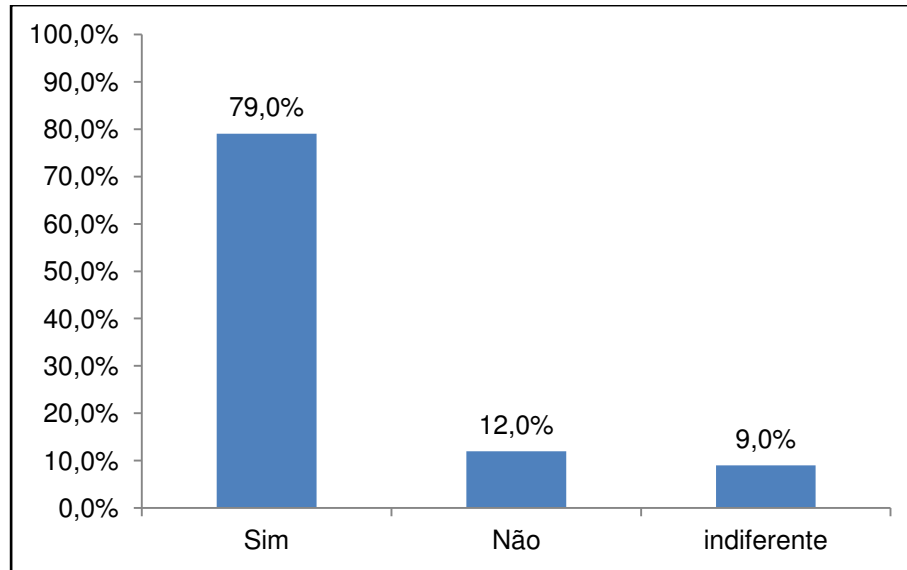
terminam muito tarde, sendo comum uma jornada diária de 12 a 14 horas; já para 5% dos pesquisados, o trabalho não é tanto assim, talvez seja proporcional ao que desenvolveriam se fossem empregados, com uma diferença, que no caso trabalham para si próprios, e os ganhos provenientes do esforço serão todos seus; e para 2,5% dos pesquisados a situação é indiferente como mostra o gráfico 18.

Gráfico 18: Excesso de trabalho.



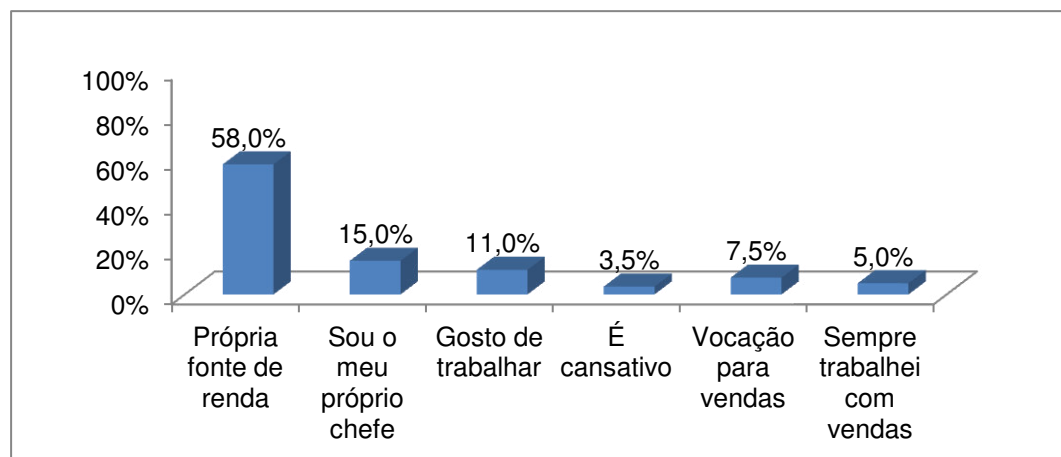
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando perguntados se gostam do que fazem as respostas foram de forma muito convictas, 79% dos pesquisados disseram que sim, gostavam muito do que fazem pelos mais diversos motivos, tais como: o resultado do que fazem é para si mesmos, sabem que no dia em que não trabalham nada ganham, não ter a quem dar satisfação dos seus atos. Já 12% dos pesquisados mostraram-se insatisfeitos, apesar de estarem tirando de suas atividades os recursos necessários para sobreviverem, não gostam do tipo de trabalho no setor informal, gostariam de atuar em outra atividade e de preferência no trabalho formal; para 9,0% dos entrevistados a situação é indiferente como aponta o gráfico 19.

Gráfico 19: Satisfação com o que faz.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Como a grande maioria dos pesquisados afirmaram que gostam do que fazem, a pesquisa procurou saber por que gostam? E as respostas foram: é no trabalho informal que tenho minha fonte de renda com 58% das respostas; sou meu próprio chefe, não tenho ninguém para me comandar ou me dar ordens, se faço ganho, se não faço não ganho, estas para 15 % dos pesquisados; gosto de trabalhar e tenho neste tipo de trabalho uma grande satisfação, foi o que respondeu 11% dos pesquisados; gosto de trabalhar com vendas foi a resposta de 7,5% dos pesquisados e também para 5 % foi com o que sempre trabalhou como mostra o gráfico 20.

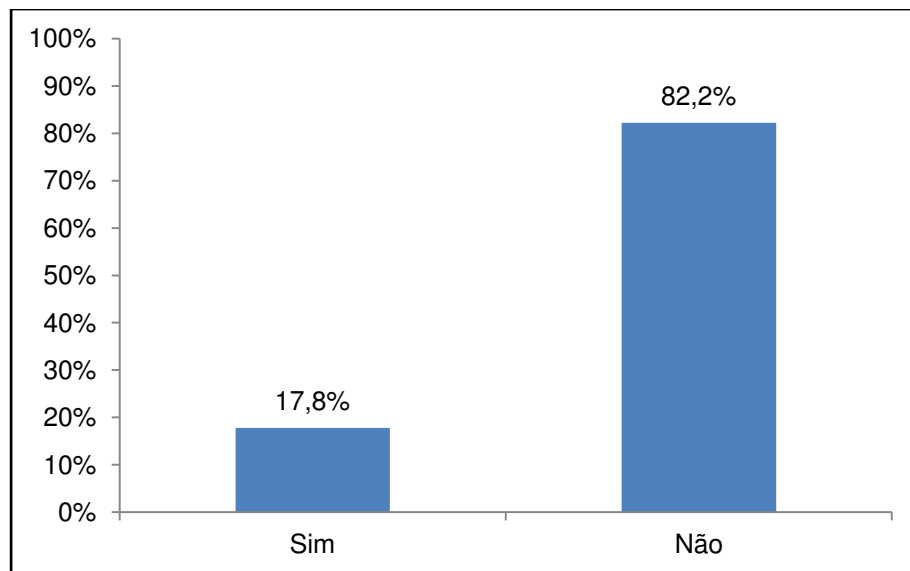
Gráfico 20: Motivo por que gosta do que faz.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Tem alguma dificuldade para realização de seu trabalho? Para 17,8% dos pesquisados sim, existem algumas dificuldades para a realização de seus trabalhos, que serão apresentadas em itens mais a frente; já para a grande maioria, faixa representada por 82,2% dos pesquisados, não existe nenhuma dificuldade para realização de seus trabalhos e as que aparecem são rapidamente resolvidas.

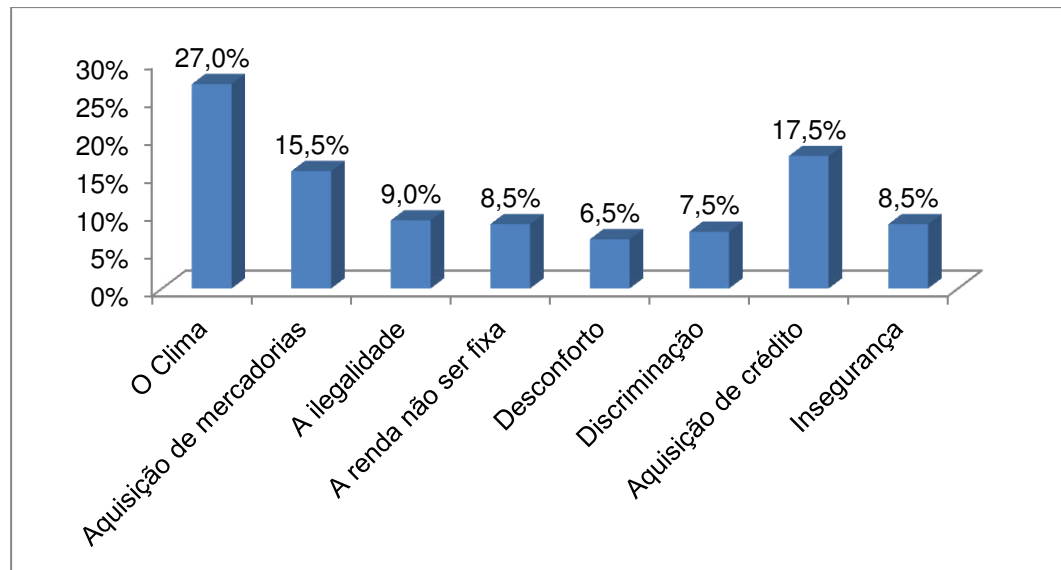
Diante disso, sentem satisfação de estarem trabalhando com e como querem, fazem o que gostam com prazer e por isso não têm do que reclamar como mostra o gráfico 21.

Gráfico 21: Dificuldade para realizar o trabalho



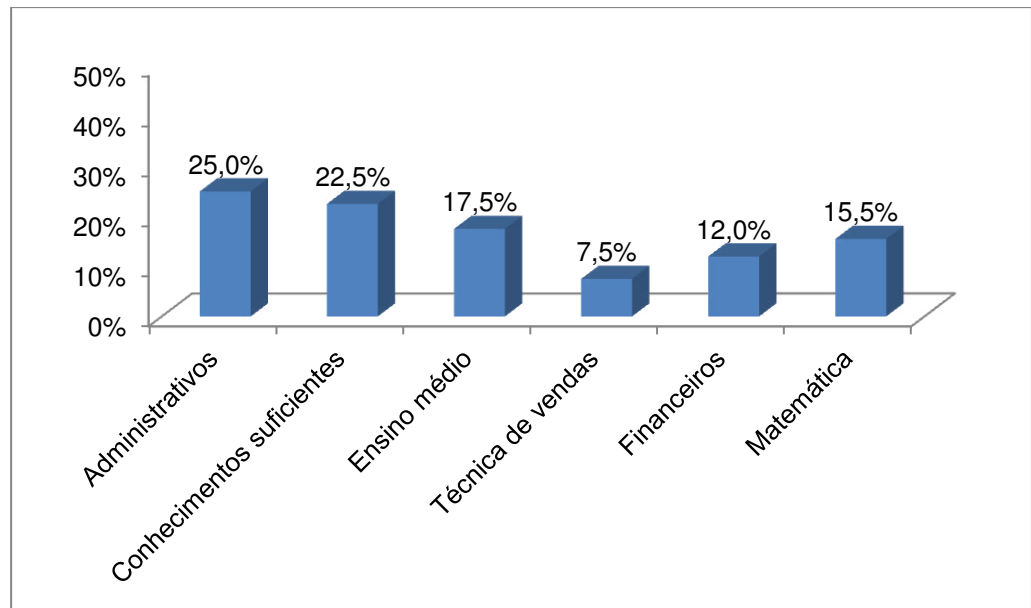
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Para os pesquisados que disseram que têm dificuldade para realização de seus trabalhos, foram perguntadas quais as principais dificuldades, e elas foram apontadas: o clima, o trabalho na ilegalidade (o que leva a perda de mercadorias por apreensão ou ao pagamento de subornos a agentes públicos), não ter renda fixa, falta de conforto, a discriminação exercida por parte considerável das pessoas, dificuldade em adquirir mercadorias, dificuldades de conseguir crédito para financiar suas atividades, insegurança para si e para suas mercadorias, local para armazenamento das mercadorias não vendidas, deslocamento pessoal e de mercadorias, lidar com pessoas, doenças e a sazonalidade conforme o gráfico 22.

Gráfico 22: Principais dificuldades para realização do trabalho.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

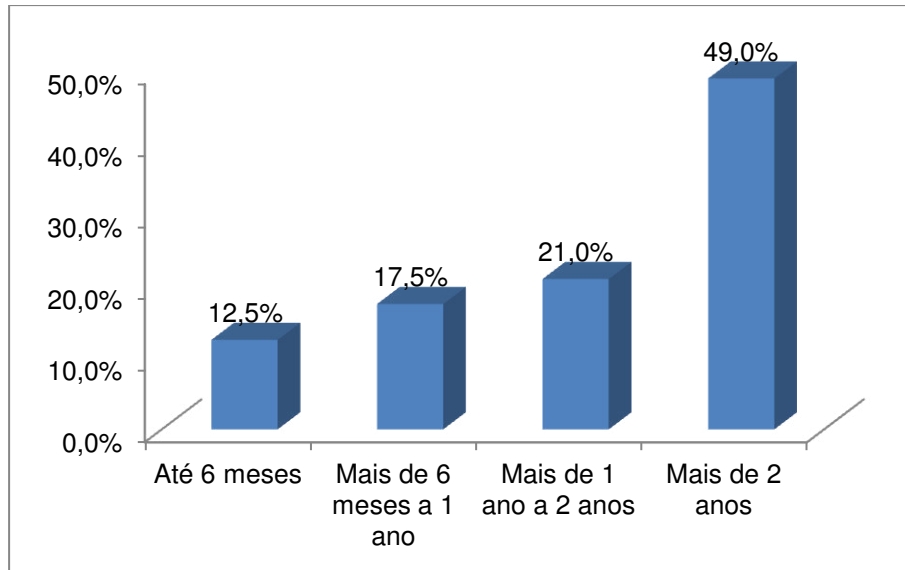
Quais os conhecimentos gostariam, ou acham que deveriam obter para realizar melhor seu trabalho? As respostas a estas perguntas foram: melhorar a formação pessoal com a participação em cursos de administração para 25% dos pesquisados; para 22,5% dos pesquisados o conhecimento que têm é suficiente, não lhes falta nada para desenvolverem melhor o seu trabalho; já para 17,5% faltam-lhes o ensino médio; para 7,5% faltam-lhes cursos de técnicas de vendas, e para 12% faltam-lhes cursos na área de gestão financeira; e também para 15,5%, faltam-lhes conhecimento melhor de matemática e principalmente de matemática comercial conforme o gráfico 23.

Gráfico 23: Conhecimentos necessários.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

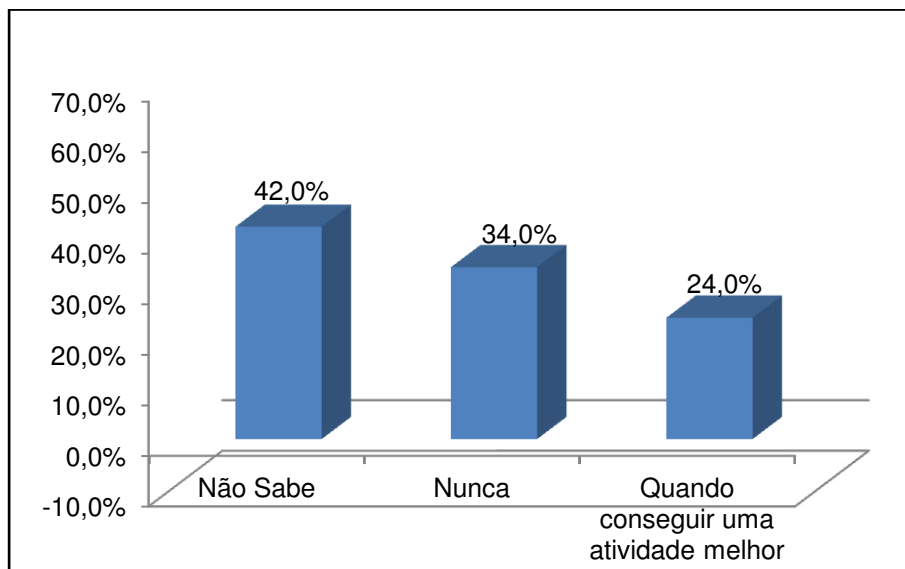
Um curso de gerenciamento de pequenos negócios também foi apontado pelos pesquisados como tipo de qualificação que alguns trabalhadores do setor informal gostariam de ter.

A pesquisa procurou saber a quanto tempo os pesquisados estão atuando no setor informal como alternativa à empregabilidade e as respostas foram, as seguintes: até seis meses para 12,5% dos pesquisados; mais de seis meses até um ano: 17,5%; mais de um ano até dois anos: 21%; já a grande maioria, 49% responderam que se encontra em atividades do setor informal há mais de dois anos conforme o gráfico 24.

Gráfico 24: Tempo de atividade.

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando pretende parar? Nesta questão procurou-se saber quando os trabalhadores do setor informal pretendiam parar de atuar neste tipo de atividade, as respostas básicas a esta questão foram três: não sei, com 42% dos pesquisados; nunca, foi a resposta de 34% dos pesquisados e quando conseguir um emprego melhor foi a resposta de 24% dos pesquisados como demonstra o gráfico 25.

Gráfico 25: Quando pretende parar.

Entretanto vimos que os agentes que se encontram trabalhando no setor informal dado o contexto em sua maioria ainda não sabem, devido a diversos fatores

quando encerrarem suas atividades em tal setor, isso se dá por diversos fatores como a questão da autonomia, a flexibilidade de horário, rendimentos em alguns casos equivalentes ou até superiores ao do setor formal e ter a sua própria fonte de renda. Contrário aos aspectos favoráveis o setor informal apresenta principalmente na instabilidade, falta de seguridade um fator desfavorável ao trabalhador que nele atua, o que de acordo com os dados apresentados vem a ser os itens que mais lhes causa incomodo e que provoca certa insegurança aos trabalhadores que nele atuam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto este trabalho teve entre seus objetivos principais: identificar o perfil dos trabalhadores informais que atuam na zona urbana da cidade de São Luís; saber quais os motivos que levaram estas pessoas a buscarem o setor informal como alternativa de trabalho; saber destes trabalhadores como eles vêem a situação na qual se encontram; analisar o ambiente de trabalho destes trabalhadores; ver qual o sentimento deles com relação ao futuro quanto à sua seguridade e de sua família; estabelecer uma relação de rendimentos entre o trabalhador informal e o trabalhador formal empregado com carteira de trabalho assinada.

Para a identificação do perfil do trabalhador informal que atua na zona urbana de São Luís, foi procurado saber através da pesquisa sobre as características, tais como: o gênero, a faixa etária, situação civil, o grau de escolaridade e situação de moradia.

Na análise das respostas a após o recolhimento e tabulação dos dados dos questionários aplicados em um grupo de 88 trabalhadores, escolhidos aleatoriamente na região central de São Luís, constatou-se o seguinte: que com relação ao gênero a grande maioria dos trabalhadores informais da cidade está representada por elementos do sexo masculino, correspondendo a participação destes a 76,0% entre os pesquisados, enquanto que as representantes do sexo feminino conta com algo em torno de 24,0% deste mesmo universo de pessoas.

Com relação a faixa etária, foi considerado para efeito da pesquisa o intervalo de idade das pessoas variando entre 20 e mais de 50 anos, dividindo-se este intervalo em 5 subintervalos com seus limites definidos da seguinte forma: 20 a 25 anos, 26 a 31, 36 a 41, 41 a 50 e acima de 50 anos.

Com esta classificação, olhando os dados da pesquisa por gênero percebeu-se que entre os homens a maior concentração de trabalhadores informais esta situada na faixa etária que vai dos 31 aos 40 anos de idade, respondendo esta por 38,8% do universo de pesquisa, seguida da faixa que se situa entre 41 e 50 anos com um percentual de 28,4%. Juntando-se os dois intervalos, constata-se que eles correspondem 67,2% do total de trabalhadores informais do sexo masculino em atividade na cidade de São Luís.

Com isso, é reforçado o sentido de que no setor informal está o trabalhador mais idoso, que de certa forma já acumulou experiência e recursos financeiros com o fim de criar e tocar seu próprio negócio. Mas encontra-se também nesta faixa etária o trabalhador que perdeu o emprego e não conseguiu retornar ao setor formal, fato este que ganha mais sustento com atual cenário econômico em que o país vive com elevados índices de desemprego.

Com relação às mulheres, a maior concentração percentual situa-se na faixa etária entre 20 e 30 anos que responde por 30,8% das pesquisadas, seguidas do intervalo situado entre 41 e 50 anos, correspondendo a 26,9% das pesquisadas. Juntando-se os dois intervalos encontra-se o montante de 57,7% entre as pesquisadas.

Os números acima apresentados mostram que o grande contingente de pessoas ocupadas com o trabalho informal, tanto homens, quanto mulheres são pessoas com idade variando entre 20 e 50 anos, pessoas que estão em suas plenas capacidades produtivas, que de certa forma não estão sendo absorvidas pelo mercado de trabalho formal.

Também, foi constatado que parte expressiva das pessoas que compõem o grupo de maior presença do contingente de indivíduos ocupados com o trabalho informal antes teve outras experiências de trabalho como trabalhadores empregados, que por perda natural ou induzidas do emprego e a falta de oportunidade para colocar-se de volta no mercado formal, as levou a buscar alternativas de ocupação de sua força de trabalho e de geração de renda, diante das circunstâncias só foram encontrar saída para esta situação no setor informal.

Entretanto, os trabalhadores informais por conta própria continuam em uma parte relevante sendo um contingente que não quer mudar para um emprego formal, estes trabalhadores desinteressados em mudança, a princípio, não compõem oferta de mão-de-obra que esteja imediatamente disponível para ser incorporada a postos de trabalho de empresas organizadas. A própria inserção informal destes trabalhadores não decorre diretamente dos movimentos cíclicos da economia, nem de não atenderem as exigências necessárias aos postos de trabalho das empresas: a história de vida familiar, a experiência profissional pregressa como assalariado ou a divisão do trabalho no núcleo familiar, entre outros, determina a condição de trabalhador informal.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Vida Líquida**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

BECK, U., **O que é Globalização? Equívocos do globalismo**: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOYER, R. (org.), **The search for labour market flexibility**: the European economies in transition. Oxford: Clarendon Press, 1988.

CACCIAMALI, M. C., Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, (14): 153-174, jun. 2000.

CACCIAMALI, M.C.; PIRES, J.; LACERDA, G.; PIRES, E.L.; PORTELA, A. Crescimento econômico e geração de empregos: considerações sobre políticas públicas. **Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 12, jun./dez. 1995.

CACCIAMALI, M.C. **A economia informal vinte anos depois**. In: SEMINÁRIO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, 1992, Brasília. **Anais...**, Brasília: SAT, 1992. p.17-19

CAMARGO, J.M. O avanço do trabalho informal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2004. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br>>. Acesso em 20 ago.2015.

CEPAL. **Panorama social en America Latina**. Santiago: CEPAL/Naciones Unidas, 1997.

CHICARELLI, A. Trabalho informal: a precariedade de uma situação. **Sociedade e Cultura**, 2009.

FOGUEL, M. N. **Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil**. 1997. Dissertação (Mestrado Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GOMES, R.C. **O auto-emprego no Brasil**: uma análise dos fatores determinantes. São Paulo: PUC, 2009.

GONDIM, S.M. G. Carteira de trabalho, artigo de luxo: o perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. **Estud. Psicol**, Natal, v. 11, n. 1, p. 53-64. 2006.

HALL, S. "*Cultural identity and Diaspora*". In Rutherford, J. (org.). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IMESC, Nota de mercado de trabalho Fev/2016. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Nota_Caged_23fev_16.pdf.

LACERDA, G.N.; CACCIAMALI, M.C. Process os adjustment, government employment and regional differentiation of the labour markets in Brazil during the 80's. In: INTERNATIONAL WORKING PARTY ON LABOUR MARKET SEGMENTATION, 18., 1992, Cambridge. **Anais...** Cambridge: 1992.

LUCAS, K.S. **O impacto do salário mínimo sobre o desemprego no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2006.

MENEZES FILHO, N.A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E.S. O diferencial de salários formal – informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, Apr./June, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO NETO, Antenor. A Roda global. *Veja*, São Paulo, v. 29, n. 1438, p. 80-89, abr., 1996.

NERI, M. C., **Decent work and the informal sector in Brazil**. EPGE, 2002 (Ensaio econômico, 461).

NORONHA, E.G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, Oct., 2003.

PAMPLONA, J. B., A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. **Caminhos para o centro: Estratégias para o desenvolvimento da região central de São Paulo**. São Paulo, 2001.

POCHMANN, M. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. In: SEMINÁRIO "SALÁRIO MÍNIMO E DESENVOLVIMENTO". Campinas: UNICAMP, 2005.

SANTOS, W.G. (Coord.) **Que Brasil é este?** Manual de indicadores políticos e sociais. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SETHURAMAN, S.V. (1976). 'El sector urbano no formal: definición, medición y política', in **Revista Internacional del Trabajo**, vol. 94, n. 1, julio-agosto.

SOUZA, P.R. **Emprego, salários e pobreza**. Campinas: Hucitec, 1980.

THEODORO, M. As bases da política de apoio ao setor informal do Brasil. **Texto para discussão nº 762**. Brasília: IPEA, 2000.

ULYSSEA, G. (2004): "Instituições e a Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro". PUC-Rio, Dissertação de Mestrado.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 26, n. 4, Oct./Dec., 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXOS

Questionário pesquisa de campo com trabalhadores informais na zona urbana da região metropolitana de São Luís

Ramo de atividade _____ Data: ____/____/____

01 – Idade.

16 a 20 21 a 30 31 a 40 41 a 50 acima de 50 anos

02 – Sexo

Masculino Feminino

03 - Situação civil

Solteiro Casado Companheiro/a Viúvo Separado/ Divorciado

04 – Escolaridade do entrevistado

Ensino fundamental incompleto completo

2º grau incompleto completo

3º grau incompleto completo

Pós-graduação

05 – Escolaridade da esposa/companheiro

Nenhuma

Ensino fundamental incompleto completo

2º grau incompleto completo

3º grau incompleto completo

Pós graduação

06 – Escolaridade do Pai

Nenhuma

Ensino fundamental incompleto completo

2º grau incompleto completo

3º grau incompleto completo

Pós graduação

07 – Escolaridade da mãe

Nenhuma

Ensino fundamental incompleto completo

2º grau incompleto completo

3º grau incompleto completo

Pós graduação

08 – Número de filhos

() Não tem filhos () um () dois () três () Mais de três

09- Quantidade de pessoas residentes no domicílio por faixa etária.

0 a 6 anos	
7 a 14 anos	
15 a 25 anos	
26 a 40 anos	
41 a 50 anos	
Acima de 50 anos	
Total	

10 – Número de pessoas da família sem trabalho por faixa etária.

16 a 25 anos	
26 a 35 anos	
36 a 45 anos	
46 a 55 anos	
Acima de 55 anos	
Total	

11 – Qual a sua renda familiar?

() Até 1 salário mínimo () 1 a 2 Salários mínimos () 2 a 3 Salários mínimos
 () 3 a 4 salário mínimo () 4 a 5 Salários mínimos () 5 a 6 Salários mínimos
 () Acima de 6 salários mínimos

12 – A Renda familiar é suficiente para suprir as necessidades.

() Sim () Não

Da moradia

13 – Em que bairro você mora?

14 – De onde você veio?

() Nasceu em São Luís () Veio de outra cidade do Estado () Veio de outro Estado

15 – Residência

() Casa própria () Alugada () Cedida () Outros

16 - Quantos cômodos tem a residência?

() Um () Dois () Três () Quatro () Cinco () Seis () Mais de seis

17 - Sua residência tem energia elétrica?

() Sim () Não

18 – Sua residência possui água encanada?

() Sim () Não

19 – Sua residência tem rede de esgoto?

() Sim () Não

20 – Sua rua é pavimentada?

() Sim () Não

21- Qual o tipo de construção da sua casa?

() Alvenaria () madeira () mista () Outros

22 – Possui telefone?

Fixo:() Sim () Não Celular:() Sim () Não

23 – Sua residência possui?

Computador:() Sim () Não Internet:() Sim () Não

24 – Você possui carro?

() Sim () Não

Das Condições de trabalho

25- Sempre trabalhou por conta própria?

() Sim () Não

26 – Se não, em que setor já trabalhou?

27 – Por que resolveu trabalhar por conta própria?

28 – Fale no máximo três pontos positivos de trabalhar por conta própria?

29 – Fale no máximo três pontos negativos de trabalhar por conta própria?

30 – Nesta atividade você acha que trabalha muito?

() Sim () Não () Indiferente

31 – Você gosta do que faz?

() Sim () Não () Indiferente

32 - Por que?

33 – Tem alguma dificuldade na realização de seu trabalho?

() Sim () Não

34 - Se sim, quais dificuldades?

35 – Quais os conhecimentos que gostaria, ou acha que deveria obter para realizar melhor seu trabalho?

36 – Há quanto tempo atua no setor informal?

() Até 6 meses () mais de 6 meses e 1 ano () Mais de 1 ano a 2 anos

() Mais de 2 anos

37 – Quando pretende parar?
